



GESTÃO E CONTABILIDADE

REVISTA DO
"CURSO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO"
DO
INSTITUTO MILITAR DOS PUPILOS DO EXÉRCITO

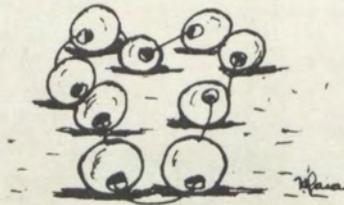
**A NO
I**

**MARÇO
1983**

**Nº
2**

"GESTÃO E CONTABILIDADE"

REVISTA SEMESTRAL DO "CURSO SUPERIOR
DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO" DO
INSTITUTO MILITAR DOS PUPILOS DO EXÉRCITO



Coordenação e montagem
de
Hélder Gaia

Os artigos publicados nesta Revista são
da exclusiva responsabilidade dos seus
autores

Revista de distribuição gratuita

Edição e propriedade do IMPE

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| EDITORIAL | |
| Salvador Martins | 3 |
| BREVE ANÁLISE DA POLÍTICA ECONÓMICA PORTUGUESA DE 1974/80 (I) | |
| Augusto Veiga | 5 |
| ANÁLISE DE UM NEGÓCIO | |
| José Catarino | 14 |
| ASPECTOS DA ACTIVIDADE BANCÁRIA NA IDADE MÉDIA (II) | |
| Hélder Gaia | 17 |
| CONTAS DE RESULTADOS | |
| Jorge Matias | 32 |
| O CUSTO DO ACIDENTE PARA A EMPRESA | |
| Horácio Porto | 37 |
| UM ASPECTO DAS NOSSAS CONTAS COM O EXTERIOR | |
| José Catarino | 47 |
| AS ORIGENS REMOTAS DA ECONOMIA POLÍTICA | |
| Hélder Gaia | 51 |
| O INTERESSE DO INGLÊS NO CURRÍCULO DO CURSO DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO | |
| Ivone Zilhão | 58 |

editorial

Deu-se a esta publicação o título de "GESTÃO E CONTABILIDADE". Cã estão duas palavras: vamos espreitar para dentro delas e observã-las no berço. É uma forma de indagar o sentido primeiro de um vocábulo, assim como quem se gue rumo a montante até alcançar a nascente.

Se aqui a água é límpida, também cristalinas se mostram as palavras no seu étimo. O tempo se incumbiu de as carregar de novos sentidos, de as fazer divergir ou de as matizar em suas di-recções polissêmicas.

Tome-se como base o termo gestão. Qualquer dicionário lhe aponta sinóni-mia abundante: acto de gerir; gerên-cia; administração.

Depois, o fim da consulta: do la-tim gestione. Esta, por sua vez, pa-rente proximo de gero, verbo que, na língua do Lácio, foi ganhando várias aquisições:

- 1 - levar (sobre si);
- 2 - chamar a si; incumbir-se de;

3 - executar; administrar;
gerir;

4 - produzir; criar.

Ora, era aqui, que queríamos chegar: desde levar (sobre si) até administrar, gerir, correm sentidos intermédios, que ajudam a deduzir o significado de gestão como o acto de gerir, a administração.

Também não esquecemos o resto da família: gestor e gerente.

Mais um nadita de filologia tange agora a palavra Contabilidade. Coloque-se no foco da lupa linguística: quase sempre o idioma do poeta mantuano.

Lã vem a forma computabilis, que significa: computável; que se pode calcular. Logo após, eis-nos em busca do verbo compûto:

1 - calcular;

2 - levar em conta; contar com.

O verbo chama o substantivo compûtus: cômputo; cálculo; conta. A par de compûto - computação e computar - e, com esta última, a divergente contar. Lembrem-se ainda conta e contador.

Não é penoso rematar que a palavra Contabilidade guarda o sentido inicial de: computação, cálculo, escriturado por força das receitas e das despesas.

Valeu a pena espreitar ?

Que o tempo gasto seja remido por uma nesga de luz filológica...

A filologia foi assim como que um carreiro, ou caminho de pê-posto, para que tais palavras se dilatassem na vastidão do sentido que lhes cabe.

Hoje, têm uma ideia de técnicas especializadas, sobre que se debruçam os curiosos, os estudantes, os mestres, os próprios velhinhos que chegam às bibliotecas, munidos de lupas e de ânsias de saber.

E se uma escola tenta, por si, uma "antologia" de assuntos dali vertentes? Estou a lembrar-me de que a palavra "Antologia" inclui, na sua base, um elemento grego, que significa "flor" (auto-).

Não se pretende construir um jardim florido sem terra bem cavada, atentamente joeirada e sabiamente nutrida.

Temos a noção do nosso cambalear, das nossas limitações.

Mas quem vai tirar-nos o primado da vontade ?

É este o bordão firme da nossa caminhada, sempre disponível em espaço, para despertarmos o interesse dos alunos, a informação dos professores e o gáudio dos que dispõem de horas de lazer. Oxalã que tal lazer encontre, no outro prato da balança, a satisfação, o conhecimento, o querer mais, e o consequente poder científico.

Salvador Maurício



Alfaca

BREVE ANÁLISE DA POLÍTICA ECONÓMICA

PORTUGUESA DE 1974-80 (I)

Numa altura em que uma vez mais se fala em crise económica, que assume no nosso país uma gravidade que por todos é reconhecida, talvez seja oportuno relembrar em passos largos, sem tentar atingir grandes rigores técnicos, o que foi a nossa política económica nos seis anos após o 25/Abril.

O crescimento económico da década de 60 acentuou os desequilíbrios estruturais da nossa economia. Os déficits da balança comercial, que aumentavam, e os altos valores da emigração, eram sintomas de que nem tudo estava bem. Apesar de tudo, o fenómeno emigratório teve a vantagem de evitar o aparecimento do desemprego, e as remessas enviadas pelos emigrantes ajudaram ao equilíbrio da balança de pagamentos.

A subida dos preços do petróleo no último trimestre de 1973, com os consequentes distúrbios a nível das economias dos países industrializados, foi também uma condicionante a toda a evolução após 1974.

Podemos considerar que a revolução surge no momento menos propício, e o

Aveija

(Lic. Augusto Veiga - Prof. do IMPE)

justo processo reivindicativo, que de la é consequência, coloca o poder político em sérias dificuldades para resolver os problemas económicos. A destruição dos principais centros de decisão da iniciativa privada, sobre os quais assentava o funcionamento da economia, sem que tenham sido substituídos por outros, e o êxodo dos portugueses das ex-colónias vieram agravar ainda mais a situação.

Foram estas pois as principais condicionantes que determinaram toda a consequente evolução após 1974, o que nos vai permitir enquadrar algumas das principais medidas de política económica tomadas depois dessa data.

Vamos pois analisar com mais pormenor o período de 1974 a 1980, e para tal vamos dividi-lo em dois. Um período que vai até ao início do ano / 1976 que corresponderá, a grosso modo, à vigência dos governos provisórios e que foi também o período de maior agitação social, e outro daí até 1980.

Ao analisarmos o primeiro dos períodos considerados, verificamos que os objectivos económicos dos governos provisórios estavam estabelecidos no programa do Movimento das Forças Armadas e consagrados na lei constitucional de 14 de Maio de 1974 e eram :

"Lançamento dos fundamentos de uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida o que necessariamente implicará uma estratégia anti-monopolista.

Uma nova política social que em todos os domínios terá, essencialmente,

como objectivos a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, das condições de vida dos trabalhadores".

Seria, portanto, a melhoria das condições e o combate à inflação os objectivos genéricos a atingir à partida.

A quebra do investimento, o fecho de várias empresas, sobretudo em sectores ligados a capitais estrangeiros ou à exportação, a diminuição de produção no sector da construção civil, o retorno de milhares de pessoas das antigas colónias e a desmobilização do contingente militar coloca em primeiro plano o problema do desemprego.

A emigração, que permitiu noutros tempos evitar o desemprego, diminuiu acentuadamente como se pode verificar no quadro nº 1.

QUADRO 1

EMIGRAÇÃO - CONTINENTE E ILHAS

| Períodos | | | Taxas de crescimº | | |
|----------|-------|--------|-------------------|-------|-------|
| 1973 | 1974 | 1975 | 1973 | 1974 | 1975 |
| 122096 | 70442 | 44.049 | +16,9 | -42,6 | -38,1 |

Fonte: Relatórios do Banco Portugal

Assim, em consequência destes factos, no final de 1974 o número de desempregados era estimado em 177.000 e em 1975 em 322.000. Esta situação passou a constituir uma preocupação para o poder político e um objectivo em termos de política económica.

Passou também a constituir uma preocupação o saldo da Balança de operações não monetárias, que no final de 1974 já apresentava um saldo negativo de cerca de 16 milhões de contos - que já era 6% do Produto Nacional-; além de que a Balança de transações correntes atingia também um saldo negativo de 21 milhões de contos, contrariamente aos saldos positivos dos anos anteriores.

Pela análise dos objectivos que foram definidos ao longo dos anos -1974/75, verificamos a existência de contradições mais ou menos claras entre eles.

A ausência de um plano que enquadrasse os diversos objectivos, que os definisse coerentemente e hierarquizados surge como consequência da indefinição política e das convulsões sociais, que fez com que os governos andassem a reboque dos acontecimentos.

Não foram feitas opções claras nem foram definidas linhas de estratégia, aparecendo alguns objectivos com contradições entre eles.

Se considerarmos a subida rápida, a curto prazo, do nível de vida, por meio de um aumento substancial dos salários, entra-se em contradição nas condições apresentadas, dada a estrutura produtiva portuguesa, com o combate à inflação e com a contenção do défice da balança de pagamentos.

Para se atenuar as tendências inflacionistas, provocadas por um acréscimo de procura interna, ter-se-ia que recorrer à oferta externa que arrastaria o aumento do défice das contas com o exterior.

Para alcançar estes objectivos, que políticas económicas é que foram desenvolvidas ao longo deste período?

Para o combate à inflação, foi utilizada fundamentalmente uma política de preços, no sentido do controle directo dos mesmos. Assim, imediatamente a seguir ao 25 de Abril, foi determinado um congelamento dos bens e serviços ao nível praticado em 24 de Abril, por um período inicial de 30 dias, a que se seguiu uma prorrogação por mais 10 dias. Foram congeladas todas as rendas de casa, e foram proibidos os aumentos de salários superiores a 7.500\$00.

O regime de congelamento de preços foi substituído por novos regimes de controle de preços, tais como preços máximos, declarados e com margem fixa. Manteve-se o regime de preços subsidiados a alguns bens considerados fundamentais.

Logicamente que um controle de preços por via administrativa teve seus resultados a curto prazo. Assim, no 2º, 3º e 4º trimestres de 1974, verificou-se um desacelaramento nas taxas de inflação como se pode ver pelo quadro nº 2.

Se considerarmos que uma política anti-inflacionista não pode ser feita por medidas pontuais, mas sim por uma política global, teremos que verificar se efectivamente houve um combate efectivo à inflação, ou se pelo contrário apenas se conteve, artificialmente, os preços. Normalmente, este tipo de política, se não for acompanhada de um aumento de produção, estará condenada ao fracasso no primeiro momento, e, quando conjuntamente com uma política de contenção administrativa de preços surgem aumentos rápidos de salários, os resultados são absolutamente contraditórios. Isto sem contarmos que existe uma componente importada na inflação, que não é controlada; e que, no caso de um aumento do consumo interno, muito

QUADRO 2
ÍNDICES GERAIS DE PREÇOS NO CONSUMIDOR
VARIAÇÕES ANUAIS E TRIMESTRAIS

| PERÍODOS | LISBOA | PORTO | COIMBRA | ÉVORA | UISEU | FARO |
|--------------|--------|-------|---------|-------|-------|-------|
| <u>1974</u> | | | | | | |
| 1º Trimestre | +10,2 | +12,3 | +10,1 | + 9,3 | +13,3 | + 6,3 |
| 2º Trimestre | + 4,3 | + 7,0 | + 7,9 | + 5,0 | + 4,9 | + 2,6 |
| 3º Trimestre | + 5,4 | + 5,1 | + 7,8 | + 4,1 | + 5,5 | + 8,8 |
| 4º Trimestre | + 0,9 | + 1,6 | + 4,8 | +10,9 | + 8,1 | + 1,1 |
| <u>1975</u> | | | | | | |
| 1º Trimestre | + 5,1 | + 2,8 | + 5,7 | + 1,1 | + 1,3 | + 3,9 |
| 2º Trimestre | + 3,1 | + 7,6 | + 6,4 | + 5,7 | + 4,7 | + 3,3 |
| 3º Trimestre | + 3,3 | + 0,3 | + 1,1 | + 3,2 | + 4,1 | + 4,4 |
| 4º Trimestre | + 4,0 | + 6,0 | + 7,1 | + 1,4 | + 6,0 | + 0,2 |

acentuado, sem contrapartida de produção interna, teremos que cair num aumento da importação para satisfazer esse consumo aumentando o desequilíbrio da balança de pagamentos e a taxa de inflação. Se as restrições às importações forem muito grandes de maneira a impedir que a procura interna seja satisfeita pela oferta externa, então as tensões inflacionistas aumentam.

Efectivamente, durante o período em análise houve uma contenção artificial dos preços, sem se ir às suas origens, ficando a inflação em estado latente.

Esta política de preços teve resultados negativos sobre as empresas que

produziam bens e serviços considerados essenciais, já que tiveram que vender a sua produção a baixo do custo; assim, as empresas públicas ficaram em péssima situação financeira, obrigando o Estado a subsidiar avultados déficits à custa do OGE.

A nacionalização do Banco de Portugal em Setembro de 1974, e da banca comercial em Março de 1975, abriu caminho para que o governo pudesse intervir mais eficazmente na vida económica

Anteriormente, o Banco de Portugal, como entidade privada que era, não tinha praticamente qualquer capacidade de intervenção e decisão a nível de política monetária, mas os bancos comer-

ciais tinham elevada independência em relação ao banco central. Com a nacionalização e com a publicação da lei orgânica, a capacidade de intervenção na política monetária e financeira aumentou enormemente por parte do Banco de Portugal.

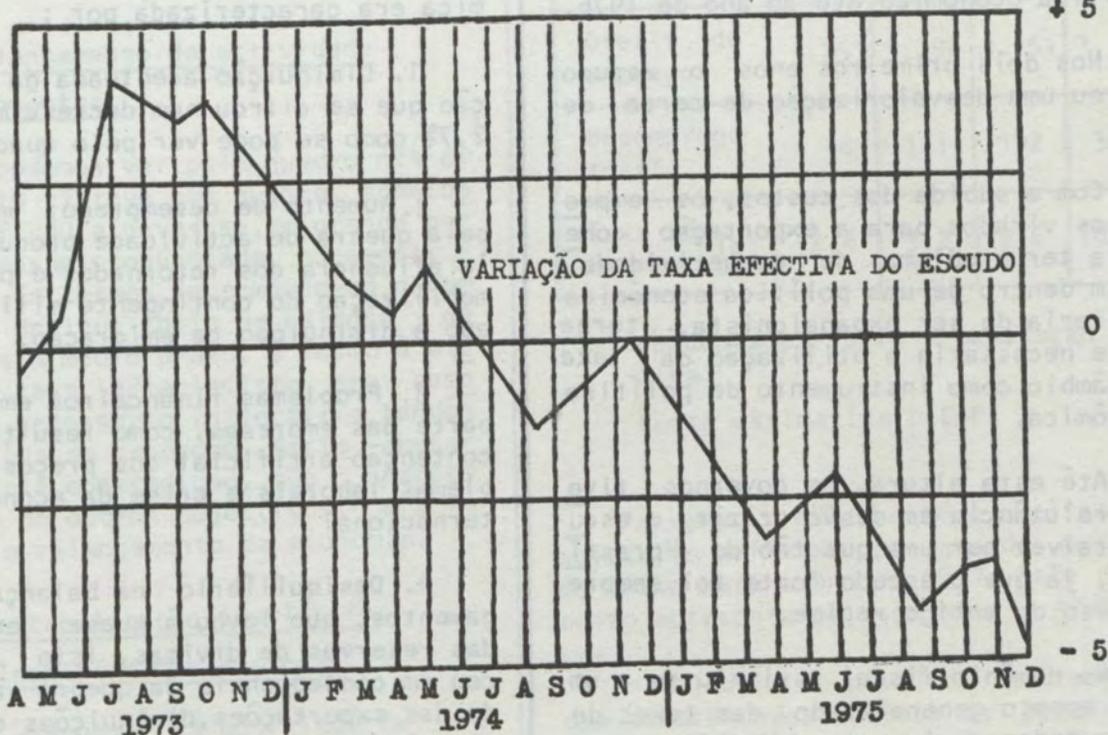
Durante o período que estamos a considerar, tendo como objectivo combater a recessão e o desemprego, foi aumentado o crédito interno. Deste modo, o Banco de Portugal aumentou a base monetária, desceu o limite de reservas mínimas e aumentou as taxas de juro de

modo a aumentar a poupança. Esta política permitiu efectivamente aumentar o crédito, e, em relação ao sector público, financiar os défices orçamentais, que tiveram efeitos expansivos sobre a economia.

O acréscimo acentuado do crédito foi uma tentativa no sentido de inverter a tendência recessiva que se verificava, aumentando o investimento. Os objectivos não foram alcançados. A Formação Bruta de capital apresentou um decréscimo de 1974 para 1975.

QUADRO 3

VARIAÇÃO DA TAXA EFECTIVA DO ESCUDO



Em 19 de Março de 1973, a taxa de câmbio do escudo passou para um regime de flutuação. Significou isto que as autoridades governamentais deixaram de garantir que a cotação do escudo não ultrapassasse + 2 1/4 % em relação a uma cotação central que era então de 25\$50 /1 dólar.

Como se verifica pelo quadro nº 3 o valor do escudo manteve certa estabilidade.

No domínio cambial o governo passou a exercer um controle mais efectivo das operações com o exterior, quer ao nível do comércio externo, quer ao nível dos invisíveis correntes. Estas medidas tiveram como objectivo impedir saídas ilícitas de capitais.

Em termos de política cambial esta não foi utilizada como instrumento de política económica até ao ano de 1976.

Nos dois primeiros anos o escudo sofreu uma desvalorização de cerca de 3%.

Com a subida dos custos, os empresários virados para a exportação começam a ter problemas de competitividade. Assim dentro de uma política económica que teria de ser expansionista, torna-se necessária a utilização da taxa de câmbio como instrumento de política económica.

Até esta altura, os governos tiveram relutância em desvalorizar o escudo, talvez por uma questão de "prestígio", já que o escudo forte foi sempre um mito do antigo regime.

No domínio fiscal assistiu-se a um agravamento generalizado das taxas de quase todos os impostos. Verifica-se uma política de aumento de impostos

tendo como motivo inicial a correcção de algumas distorções fiscais e depois apenas um aumento de receitas fiscais.

Com o agravamento das taxas de impostos, fomos assistindo a um aumento da evasão fiscal, já que passava a ser "rentável" ao contribuinte fugir ao pagamento dos mesmos. As receitas previstas no Orçamento Geral do Estado não são alcançadas. Em 1974 o orçamento passa de um saldo positivo de 2,6 milhões de contos para um défice de 7 milhões de contos.

Em função dos défices apresentados a política orçamental durante o período considerado foi claramente expansionista. Este défice evitou que a crise atingisse uma gravidade ainda maior.

No final de 1975 a situação económica era caracterizada por :

1. Diminuição acentuada da produção que se cifrou num decréscimo de 2,7% como se pode ver pelo quadro nº4.

2. Aumento de desemprego, motivado pela quebra de actividade produtiva, pela afluência dos retornados e pela desmobilização do contingente militar aliado à diminuição da emigração.

3. Problemas financeiros em grande parte das empresas, como resultado da contenção artificial dos preços; problemas laborais e crise da economia internacional.

4. Desiquilíbrio na balança de pagamentos, que levou à quase exaustão das reservas de divisas. Isto aconteceu em consequência da quebra acentuada das exportações, diminuições do quantitativo das remessas dos emigrantes e deteriorização das razões de troca.

QUADRO 4

Evolução do PIB cf (preços de 1970)
por sectores

| Sectores | 1968-1973 (a) | 1974 | 1975 |
|------------|---------------|-------|-------|
| Primários | + 0,8 | + 3,4 | + 0,2 |
| Secundário | + 10,3 | + 5,5 | - 5,9 |
| Terciário | + 6,9 | + 6 | - |
| PIB cf | + 7 | + 5,3 | - 2,7 |

(a) Média anual.

Fonte :Relatórios do Banco de Portugal

Perante a situação descrita, foram considerados os seguintes objectivos :

1. Relançamento da actividade Económica.

Como podemos ver pelo quadro nº4 em 1975, o PIB cf teve uma quebra acentuada. Isto ficou a dever-se, em grande parte, à recessão pronunciada no sector económico. Em termos de combate ao desemprego, ao desequilíbrio da balança de pagamentos a médio prazo, e mesmo à atenuação da taxa inflacionista, era absolutamente necessário inflectir a tendência negativa da produção. Assim, apesar de uma certa contradição, que aparece em função de outros objectivos, era importante o relançamento da economia.

2. Restabelecer o equilíbrio financeiro das empresas.

Como resultado da política de preços utilizada em 1975, muitas empresas

começaram a ter graves problemas financeiros. Os preços, fixados administrativamente, eram na maioria dos casos inferiores aos custos.

3. Combate ao desemprego.

Pela análise do quadro nº5 verificamos que em termos de desemprego o problema era preocupante. Parte das taxas apresentadas são explicadas pelo afluxo de retornados das ex-colónias, e pela recessão.

QUADRO 5

| Continente | 1970 | 1973 | 1974 | 1975 |
|------------------------|-------|-------|-------|-------|
| Procura de emprego | 3.347 | 3.301 | 3.343 | 3.503 |
| Oferta de emprego | 3.251 | 3.190 | 3.151 | 3.134 |
| Desemprego total | 96 | 111 | 192 | 369 |
| Taxa de (b) desemprego | 2,8 | 3,2 | 5,6 | 10,5 |

(b) percentagem sobre a população activa.

Fonte estimativa D.C.P.

Passamos seguidamente a analisar os objectivos definidos nas grandes opções do plano para o ano de 1977. Este documento apresenta os seguintes objectivos:

- Melhoria do nível de satisfação das necessidades sociais da população (saúde, educação, habitação, infra-es

trúturas básicas de saneamento e transporte);

- Absorção progressiva do desemprego;
- Contenção da dependência económica externa;
- Redução do défice orçamental;
- Controle da inflação;
- Correção das desigualdades no domínio do nível de vida, repartição de rendimentos e do desenvolvimento desigual;
- Consolidação e aceleração do relançamento da actividade económica.

Em Agosto de 1977, já sob influência das recomendações do FMI, e perante as graves dificuldades do financiamento do défice da balança de pagamentos, a correção deste défice passou a ser objectivo prioritário.

De qualquer modo, vamos justificar os objectivos apresentados nas grandes opções do plano.

Ao dar prioridade à melhoria do nível de satisfações das necessidades sociais da população, tentou-se por este meio incrementar a expansão económica. Pretendia-se que um aumento dos investimentos públicos em sectores sociais tivesse efeitos multiplicadores ao nível da actividade geral, que iria incrementar indústrias que em princípio teriam pequeno peso de componentes importadas como é o caso da construção civil, e teria efeitos induzidos em outros sectores, o que iria permitir o relançamento económico, absorver parte do desemprego, e o que este tipo de actividades se baseia em mão de obra intensiva.

Este tipo de despesas em sectores sociais serviria de compensação a uma restrição necessária no consumo privado, atenuando assim uma possível deteriorização no nível de vida das populações.

Em resumo, seria uma política de investimentos públicos em sectores que teriam efeitos induzidos maiores, e com uma componente importada menor.

Em consequência da política expansionista, que foi absolutamente necessária em 1976, dado a necessidade que houve de inflectir o sentido recessivo que a nossa economia apresentava, tinha havido um aumento acentuado do défice da balança de pagamentos e da taxa de inflação, daí o ser considerado como objectivo nas grandes opções do plano.

Em relação ao ano de 1976, verifica-se que em função dos objectivos e das políticas económicas, que mais adiante analisaremos, houve uma intervenção de sinal expansionista na vida económica. Como tal, teve resultados negativos a nível do equilíbrio externo, e motivou aumento da taxa de inflação.

Em termos gerais, podemos dizer que houve uma certa coerência entre os objectivos definidos.

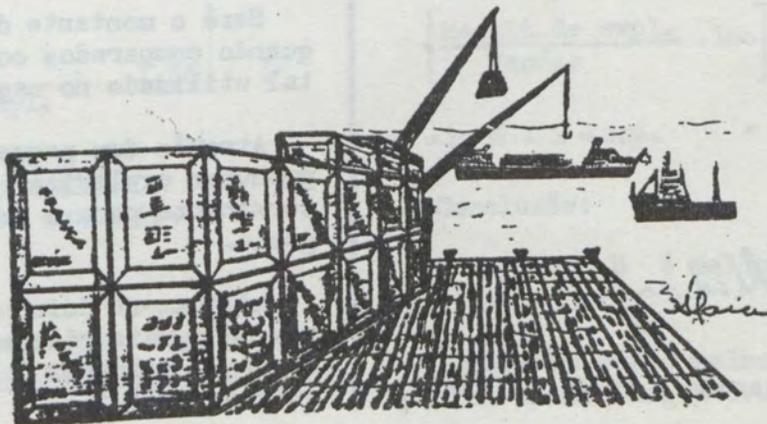
Em relação ao ano de 1977, em termos de coerência entre os diversos objectivos, algumas contradições se podem levantar. À primeira vista, o aumento dos investimentos públicos entra em contradição com o objectivo de reduzir o défice orçamental. Em termos de despesas orçamentais como mais adiante se analisará, as despesas correntes apresentam uma certa rigidez, que torna muito difícil a sua redução, o que, aumentando os investimentos públicos, com certeza iria agravar o défice orçamen

tal. Pelo lado da receita, haveria uma certa incapacidade de cobrar as receitas que efectivamente estavam orçamentadas.

A elevação do consumo público e por arrastamento o privado, já que lõgicamente a política de expansão em sectores produtivos ligados à satisfação de infra-estruturas de carácter social, pelos efeitos multiplicativos que teriam, aumentaria o consumo privado, elevando assim a procura global a níveis que provocaria a curto prazo tensões inflacionistas.

Se considerarmos a consolidação e aceleração do relançamento da actividade económica, dificilmente este objectivo se poderia conciliar a curto prazo com a contenção da dependência externa.

Na segunda parte iremos analisar a política económica que foi desenvolvida sob influência do FMI dado a necessidade que houve em se negociar um empréstimo que financiasse o nosso enorme défice externo.



Análise de um negócio

A análise dum negócio pode fazer-se a partir de vários ângulos, sendo que a sua rentabilidade é um dos aspectos básicos do ponto de vista em presarial.

Mas o que vem a ser a rentabilida de dum negócio?

Será o montante dos lucros obtidos?

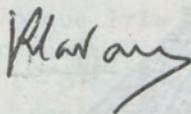
Será o montante dos lucros obtidos comparativamente com o volume de ven das realizado?

Será o negócio que apresenta melhor margem bruta?

Será o montante de lucros obtidos quando comparados com o volume de cap tal utilizado no negócio?

Através dum pequeno exemplo vamos procurar explicitar o que é afinal de terminante para a rentabilidade dum ne gócio.

Admitam-se dois negócios alternati vos, de iguais riscos, de que se conhe cem (em milhares de contos); os se guintes dados:



(Lic. José Catarino - Prof. do IMPE)

| | <u>Neg.A</u> | <u>Neg.B</u> |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| 1. <u>Vendas:</u> | 1.000 | 2.000 |
| 2. <u>Custos variáveis:</u> | - 600 | -1.400 |
| 3. <u>Margem bruta:</u> | 400 | 600 |
| 4. <u>Custos de estrutura:</u> | - 240 | - 350 |
| 5. <u>Amortiz. e Reintegr.:</u> | - 40 | - 45 |
| 6. <u>Result. económico:</u> | <u>120</u> | <u>205</u> |
| 7. <u>Enc. financ. de expl.:</u> | <u>20</u> | <u>5</u> |
| 8. <u>Result. de explorar.:</u> | <u>100</u> | <u>200</u> |
| 9. <u>Invest. afect. à explor.:</u> | <u>750</u> | <u>1.000</u> |

Do ponto de vista da rentabilidade por qual dos negócios se devia optar?

Vamos, portanto, fazer a análise dos dois negócios.

| | <u>Neg.A</u> | <u>Neg.B</u> |
|---|--------------|--------------|
| <u>Margem bruta</u> .100: Vendas | 40 % | 30% |
| <u>Result. de explor.</u> .100: Vendas | 10 % | 10 % |
| Rot. = $\frac{\text{Vendas}}{\text{Invest. af. à expl.}}$: | 1,33 | 2 |

Se ficássemos na análise a este nível, nada se poderia concluir.

De facto:

- Ambos os negócios têm iguais índices de resultados de exploração / vendas.

- O negócio A tem melhor índice relativo de margem bruta sobre as vendas, mas pior rotação.

Como concluir?

Combinando os efeitos seguintes:

- Resultados de exploração sobre as vendas

e

- Rotação.

Deste modo, teremos:

$$\left[\frac{\text{Result. de expl. .100}}{\text{Vendas}} \right] \cdot \text{Rotação} = \dots$$

Isto é:

NEGÓCIO A:

$$\left[\frac{\text{Result. de expl. .100}}{\text{Vendas}} \right] \cdot \text{Rotação} =$$

$$= 10 \% \cdot 1.33 = 13.3 \%$$

NEGÓCIO B:

$$\left[\frac{\text{Result. de expl. .100}}{\text{Vendas}} \right] \cdot \text{Rotação} =$$

$$= 10 \% \cdot 2 = 20\%$$

Conclusão:

O negócio B é melhor que o negócio A.

Repare-se que o melhor negócio é o que tem menor margem bruta e maior en

volvimento de capital. O efeito de rentabilidade é derivado da maior rotação.

O índice que se calculou é denominado por "Return on Investment" abreviadamente R.O.I. que combina os índices:

- Resultados de Exploração . 100
Vendas

e

- Rotação do investimento afecto à exploração.

Este índice - R.O.I. - é hoje bastante utilizado para medir a "performance" dum negócio, já que reflecte os dois aspectos básicos que influenciam a lucratividade dum negócio:

- A margem sobre vendas, e
- O número de vezes que o investi

mento roda em termos de vendas.

Reparemos que estes dois índices diferem substancialmente quando se trata de negócios com intensidades de investimento distintos. Assim, tem-se normalmente:

- Para investimentos de maior intensidade de capital:

- menores rotações do investimento afecto à exploração;
- necessidade de elevadas margens sobre vendas para ser rentável.

Para investimentos de menor intensidade de capital:

- maiores rotações do investimento afecto à exploração;
- o negócio não necessita normalmente de elevadas margens sobre vendas para ser rentável.



Aspectos da actividade bancária

na

Idade Média (II)

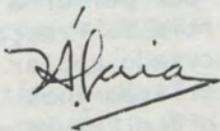
4. A BANCA NA ITÁLIA DO SÉC. XI

AO SÉC. XIV

A Idade média com as suas Cruzadas religiosas, trouxe ao comércio um grande desenvolvimento económico. Foi durante essas Cruzadas que os europeus, ao entrarem em contacto com os orientais por terra, e descobrindo o caminho marítimo para as Índias, deram uma extraordinária expansão ao seu comércio. Criaram para ele a necessidade de grande movimentação dos capitais. Essa expansão comercial concorreu, sem dúvida, para uma extraordinária difusão de bancos na Itália, Alemanha, França, Inglaterra e outros países da Europa.

O comércio bancário desenvolveu-se a partir do século XI, sobretudo nas cidades italianas de Siena e Florença, consistindo as operações principalmente de empréstimos sobre penhores, operações cambiais, ordens de pagamentos, depósitos e guarda de valores.

Pode mesmo dizer-se que é nesta época que se traçaram na Itália, após o eclipse da alta Idade Média as grandes linhas gerais do banco moderno.



(Lic. Helder Gaia - Prof. do IMPE)

Indubitavelmente que o sistema bancário italiano deve muito ao bizantino e incluso, provavelmente, aos seus precedentes romanos e gregos; o Livro do Profeta do século X põe a claro que os banqueiros de Constantinopla se dedicavam ao câmbio do dinheiro. Documentos genoveses do século XII falam do "bancherius", que, com toda a probabilidade era simplesmente um cambista, que cerca do ano 1200, havia iniciado já actividades próprias de um banqueiro. Pelas declarações juradas de Guglielmo Gassinense, sabemos que, naquela época, era costume habitual dos mercadores terem contas bancárias e efectuar os seus pagamentos, mediante transferência de contas, e não com o dinheiro em efectivo.

O sistema bancário italiano começou a desenvolver-se em Siena e, no último quartel do século XIII, a dita cidade, se convertera no principal centro bancário da Europa Ocidental, em rivalidade com Piecenza; ambas as cidades estavam representadas nas feiras de Champagne.

Os bancos italianos desempenharam muitas das funções, se bem que nem todas, que são próprias dessas instituições no séc. XIX e nos nossos dias. A função básica era a de oferecer crédito e, para isso, tinham que garantir o depósito.

Os bancos italianos organizavam-se em grandes sociedades e era preciso remunerar as inversões dos sócios.

Finalmente, com o renascimento da vida municipal, no século XI, apareceram os cambistas, logo substituídos pelos bancos suficientemente importantes para poderem abrir escritórios até nos países estrangeiros.

A) Siena

Os sienenses foram os primeiros, sem dúvida, a desempenhar este grande papel internacional. Parece que foram quase exclusivamente banqueiros, no que se distinguiram dos florentinos que eram principalmente comerciantes e que só acessoriamente praticavam o comércio bancário.

Após o desaparecimento dos Templários no século XIV, pelos motivos já apontados, a Santa Sé dirige-se aos banqueiros de Siena, de Florença e de Narbonne, para assegurar a permuta e o transporte para Roma das quantias recolhidas em toda a Cristandade pelos colectores da Câmara apostólica. Estes banqueiros, "Mercatores Gamerae", não tinham nada de comum nem nas suas tradições, nem no seu comportamento, com os judeus, lombardos e outros. Nos fins da Idade Média, praticavam o câmbio manual ou possuíam mesas nas feiras para realizarem já os empréstimos sobre penhores. Eles constituíam uma verdadeira aristocracia do dinheiro e em Siena onde os grêmios dos artistas se dividiam em artes maiores e menores, "A Arte da Troca" pertencia, de longe, à primeira categoria.

Os primeiros grandes bancos privados desenvolveram-se em Siena. O Banco de Buonsignori e o de Salimbeni foram, na primeira metade do século XII, particularmente poderosos, graças à feliz situação de Siena na estrada que conduz qualquer um de França para Roma.

Mas os sienenses acabaram, por diversos factos, por perder a confiança dos Papas. Os reis de França, a quem eles tinham recusado apoiar certos empreendimentos criavam-lhes dificuldades de toda a ordem. Privados da clientela pontífica e do apoio dos reis de

França, abriram falência e foi assim que Florença tomou o lugar de Siena como centro financiador!

Também nesta época, Lucca se converteu num destacado centro bancário.

B) FLORENÇA

Quase todos os grandes banqueiros foram primeiramente comerciantes de lãs, sedas e trapos. Ao mesmo tempo que dirigiam este comércio, praticavam operações bancárias. Também tomavam parte activa nos negócios políticos que abalavam muitas vezes as fortunas dos mais abastados.

Os florentinos imitaram os sienenses e constituíram grandes empresas mercantis, as mais famosas das quais foram as dos Bardi, Peruzzi e Acciainoli. A lista destas empresas é numerosa incluindo, entre outras, as dos Alberti, Frescobaldi, Scala, Gerchi, Rocci e Seotti.

Os Bardi tinham um capital escrito de 90.000 florins, mas o seu activo era, na realidade, muito maior, e segundo a opinião dos historiadores, os "dois grandes bancos" de Florença, os Bardi e os Peruzzi, podiam considerar-se como os pilares da Cristandade.

Possuem-se escassos documentos acerca dos Bardi. São mais completos os que se referem aos Peruzzi. Sabe-se que um dos sócios dos Peruzzi foi Messer Domeneddio - o senhor Deus cujos benefícios pela participação na empresa bancária foram entregues aos pobres.

A importância de Florença aumentou como centro bancário, porque, no século XV, surgiu outra banca de nome talvez

mais famoso, se bem que de menor envergadura, que os Bardi e os Peruzzi: foram os Médicis.

A actividade multiforme destas empresas bancárias ganha relevo, em face da grande quantidade das suas sucursais.

Além da sua actividade especificamente bancária - emprestar dinheiro aos mercadores - os bancos florentinos participaram também no comércio. A sua actividade comercial foi mais importante que a bancária, na primeira época, e ainda no tempo dos Médicis.

As relações entre Florença e a Santa Sé, que se tornaram mais estreitas na segunda metade do século XIII contribuíram decididamente para o desenvolvimento da banca florentina. As empresas desta cidade eram as encarregadas de recolher os impostos pontifícios, e o perigo que acarretava o transporte de ouro ou prata em barras e dinheiro efectivo foi o que determinou que os banqueiros buscassem um sistema mais seguro para transferir o crédito.

A época florentina não se caracterizou precisamente pela força da lei e da ordem; mesmo assim, muitas pessoas estavam contentes por dispor de um lugar seguro onde se pudesse depositar o seu dinheiro e os seus bens de valor, mas dadas as severas disposições da Santa Igreja, não estavam muito dispostos a depositar o seu dinheiro se não obtivessem um rendimento seguro.

Por isso os banqueiros tinham costume (que foi seguido, sem dúvida alguma, pelos Médicis) de dar prémios aos seus depositantes, que adoptavam sob a forma de dadas gratuitas, para iludir as proibições da lei canónica, mas que, de facto, eram o equivalente do

juro sobre o depósito e sem os quais é provável que os depósitos bancários não teriam alcançado a importância suficiente para cobrir as necessidades comerciais.

Escreveu-se muito sobre os aperfeiçoamentos técnicos conseguidos pelos banqueiros medievais sobre o sistema de contabilidade, assim como sobre a data precisa em que se introduziu o sistema da contabilidade por partidas dobradas.

O tema é ainda objecto de discussão, por parte de muitos historiadores. Todavia, a opinião tradicional, quanto à data e lugar — em Génova, à volta de 1340 — não foi refutada por completo, se bem que a cidade de Florença se tenha convertido em um importante rival para a adjudicação do citado mérito.

Florença foi, de facto, o grande centro económico do Ocidente. As indústrias de luxo desenvolveram-se e certos produtos foram exportados. Os banqueiros florentinos financiaram este importante comércio e abriram escritórios em numerosas praças estrangeiras. Estes bancos formaram entre si alianças, as "Companhias de Bancos" e tornaram-se financiadores zelosos de soberanos, em empreendimentos militares ou guerreiros. Foi esta política infeliz, no dizer de L. Luzzatto, que conduziu à ruína todas as casas bancárias florentinas, quando os reis, tal como Eduardo III, de Inglaterra, se declararam impossibilitados de pagar as suas dívidas.

C) GÉNOVA

Possuem-se numerosas informações sobre o desenvolvimento e nascimento

das operações bancárias em Génova. Os cambistas que se conhecem desde o século XI; sob o nome de "Bancherii", aparecem já como verdadeiros banqueiros, no sentido moderno do termo. Recebem depósitos dos comerciantes de Génova e combinam os seus empréstimos e adiantamentos, especialmente para negócios marítimos. Encarregam-se por conta dos seus clientes de assegurar os pagamentos sobre a praça, por meio de transferência e compensações através dos seus agentes e correspondentes, no estrangeiro. Executam pagamentos entre cidades, por meio de letras de câmbio. Desempenhando estas funções, os banqueiros de Génova respondiam às necessidades imperiosas das trocas comerciais ou civis.

O banco de S. Jorge, estabelecido em Génova, em 1408, foi o primeiro banco público e a sua dissolução, no ano de 1444, pode fazer supor um retorno ou retrocesso no desenvolvimento da banca central. Entretanto, posteriormente, renasceu. Depois o banco de S. Jorge transformou-se numa potentíssima associação de crédito dentro do Estado tornando-se uma instituição modelar. No ano de 1675, o banco de S. Jorge introduziu uma inovação: o uso do "bilhete de banco" — o qual se generalizou mais tarde. Depois da cruenta revolução francesa, o banco de S. Jorge começou a perder aquele seu antigo privilégio, aquele seu raro esplendor. Em 1816, caindo o Império, o banco foi liquidado.

D) Outras Cidades Italianas

No século XV, Milão converteu-se num destacado centro banqueiro e a sua casa mais famosa, a dos Barromei, tinha sucursais em Londres e Barcelona.

Em Veneza, todavia, as técnicas fi

cavam atrasadas em relação às dos Médicis e Barromei.

Segundo os melhores historiadores, criou-se, em 1157, conforme opinam uns, ou em 1171, na opinião de outros, o primeiro banco — "La Banca di Venezia", na cidade de Veneza. Pouco mais de um século após, e nos moldes do então célebre Banco de Veneza, criaram os barceloneses a "Taula de Cambi", em 1349, na cidade de Barcelona.

No monte dos Alpes, a expansão do sistema bancário foi obra quase exclusiva dos italianos, que dominaram o mercado monetário ao longo de toda a Idade Média.

Só os comerciantes da Liga Hanseática lograram conter a expansão dos italianos, conseguindo inclusive manter completamente, fora da órbita destes, uma região determinada, a do Báltico. Somente na Alemanha meridional surgiram algumas empresas com sistema independente da influência italiana.

E) Os "montes", bancos públicos

No século XV, as rivalidades locais e as guerras exteriores, as pilhagens exercidas pelos mercenários, as epidemias tinham espalhado por toda a parte na Itália, a miséria. Chegava-se a tolar os usurários e mesmo a chamá-los, apesar do ódio popular, porque se impunha a necessidade de fazer empréstimos sobre penhores.

Então, dadas as circunstâncias, a Ordem dos Irmãos Menores, fundada no século XIII pelo Santo Francisco de Assis, — que tinha rapidamente tomado uma enorme importância — interveio. Os Irmãos decidiram combater os usurários

que pululavam por toda a Itália, e sob o modelo de "montes", fundavam bancos de empréstimos sobre penhores, os "Montes Pietatis". (Foi célebre o criado por Savonarola, em Florença, no século XV).

Os "montes" recebiam os rendimentos, como, por exemplo, o produto de taxas e impostos affectos ao serviço e ao reembolso dos empréstimos forçados. A regra da proibição canónica não se applicava, porque os empréstimos tinham sido contratados para o interesse público.

Numerosas cidades, seguidamente, ao seu aparecimento, criaram "montes" para vender rendas, a longo prazo, a compradores voluntários e conseguir, desse modo, capitais à medida das suas necessidades.

Os "montes" mesmo muito antes de se transformarem em bancos, atingiram grande importância porque fomentaram o desenvolvimento económico das regiões onde se situaram — o que as notabilizou.

Em Itália, os "montes" desenvolveram-se e multiplicaram-se, passando a verdadeiros bancos, com destaque para a casa de S. Jorge, em Génova, fundada em 1408, como se disse, e desaparecida em 1816. Em 1153 constituiu-se em Veneza um banco com a designação de Monte Vecchio. Ainda hoje, existe uma destas instituições em Siena, criada em 1622 — O Monte dei Paschi.

Rapidamente, os "montes" puderam receber depósitos e geri-los livremente. Os depositantes partilham os benefícios da banca sem que o seu prejuízo possa ultrapassar o seu depósito. E foi assim que apareceu, de facto a primeira forma moderna de sociedade por acções.

É de interesse citar finalmente que em 1493, o Cabido Geral da Ordem dos Franciscanos aprovava o empréstimo a juros, tal como o praticavam os Irmãos Menores. O Papa Júlio III, numa decisão célebre relativa ao "Monte-de-piété" de Vicence, fixou em 5% a taxa de juro.



5. A ACTIVIDADE BANCÁRIA NO RESTO DA EUROPA

Em Barcelona, no ano de 1401, fundou-se um verdadeiro banco público de desconto, de depósitos e transferência: a "Taula de Cambi" e estabelecimentos análogos foram, igualmente, abertos em Valência e em Saragoça. Estes foram de algum modo, os antecessores dos bancos públicos que, no século XVI e XVII, deviam ser criados em Veneza, em Milão, em Amesterdão, em Hamburgo e em Nuremberga.

No entanto, o Reino da França, não ficou alheado desta expansão e deste aperfeiçoamento de negócios bancários. Convém assinalar primeiramente todos os serviços que prestou à Monarquia a "Maison des Templiers", criada por volta de 1118 ou 1120 em Jerusalém, pelas Cruzadas francesas. Depois de terem sido levados a realizar operações bancárias, de facto foram os primeiros a negociar os resgates dos cristãos de todos os países, feitos prisioneiros pelos infiéis. Alargaram, pouco a pouco, o domínio da sua acção, recebendo numerosos

depósitos e sequestros que lhes foram confiados, em face do carácter de segurança que representavam as igrejas e as suas dependências. Aí armazenavam os valores, permitindo empréstimos importantes não somente aos governantes e aos príncipes, mas ainda aos Papas e a certos mosteiros.

Apesar dos serviços múltiplos que rendeu à economia nacional, a Ordem dos Templários foi suprimida por Philippe, o Belo, cioso do prestígio que tinha tomado no reino e das riquezas que tinha também acumulado.

Mais tarde, a menos de um século, o verdadeiro centro bancário da França foi a "Place de Lyon", em consideração pelas suas "quatro feiras de pagamento" anuais, que eram uns verdadeiros mercados de capitais. É, portanto, interessante examinar as condições de actividade da indústria bancária lionesa.

Os bancos estrangeiros, principalmente alemães e italianos, tornaram-se muito numerosos em Lião, a partir do fim do século XIV. As operações que foram, em geral, praticadas nesta cidade seriam a troca das moedas, os depósitos, as transferências, os pagamentos e cobranças, as operações de troca de espécies e as operações de empréstimos ou de penhor. Apesar da supressão das moedas feudais e o desenvolvimento da letra de câmbio, a troca de moedas era ainda indispensável à cidade de Lião, porque as alterações e modificações na cunhagem, tornaram-se frequentes: numerosos estrangeiros iam aí negociar nas feiras, e ainda porque, na falta de letra de câmbio ou de crédito, os estrangeiros não podiam dar aí, em pagamento, senão a moeda do seu país. Durante as feiras, as cotações de câmbio de todas as praças da Europa, eram apresentadas nelas diariamente. Publicações especiais, chamadas "Aritméticas", indicavam os câmbios de todas as praças da Europa.

Verificava-se, assim, quantos tipos de moedas eram quotidianamente "avaliadas no mercado de Lião", durante as feiras.

Mas ao lado destas espécies de câmbio, muitas outras espécies circulavam e era absolutamente necessário recorrer aos banqueiros e aos cambistas que davam, na praça de espécies estrangeiras, a moeda aceite por todos, ou então porque já podiam abrir aos comerciantes estrangeiros uma conta nos seus livros.

Como os banqueiros italianos também os de Lião eram os intermediários para a realização dos pagamentos. Recebiam em depósito as espécies amoadadas que lhes traziam, verificavam o valor destas e depois inscreviam nos seus registos, no activo do depositante, o montante das quantias depositadas, avaliado em moedas tendo curso sobre a praça, quer em moedas de troca, quer em libras ou rendas. Os comerciantes tinham, assim, não somente a sua tesouraria em segurança, mas também podiam dispor, ainda, quando tivessem necessidade disso, de uma moeda, com um valor reconhecido por todos e aceite em toda a parte.

O banqueiro, encontrando-se, assim, transformado em mandatário do cliente (depositante), devia, como naturalmente se compreende, substituí-lo, quando se tratasse de receber ou pagar certa quantia. Os pagamentos efectuavam-se por simples transferências, por mandatos, os quais podiam ser realizados como se fossem operações de compensação, no próprio momento da realização das feiras. Todos os comerciantes, que frequentavam estas feiras tinham, assim, contas correntes abertas nos principais bancos da praça, pois, só deste modo podiam realizar as operações acima indicadas.

A organização destas contas corren

tes teve por fim reduzir ao mínimo a circulação das espécies amoadadas e o banco lionês pôde atingir, desta maneira, às portas do século XVI, o mesmo fim para o qual se tende hoje com a adopção do sistema dos cheques e das câmaras de compensação.

A proibição de deixar sair do reino os artigos de ouro e prata, a dificuldade que havia de transportar moedas pesadas e incômodas são as causas do grande desenvolvimento da letra de câmbio. A partir do século XV, os banqueiros entregam-se em grande escala a este género de operações. As primeiras letras de câmbio usadas pelo mercado lionês eram designadas pelo nome de "Police de Change" e o "Banco dos Médicos" foi, assim parece, o primeiro a praticar, em larga escala, em França, este género de operações. Este movimento de letras de câmbio, em virtude das grandes vantagens que trazia ao comércio, foi sempre permitido e encorajado pelo poder central e tolerado pela Igreja.

Lião era o grande mercado das letras de câmbio em França, e todos os outros comerciantes franceses eram obrigados a relacionar-se com banqueiros lioneses. Estes eram não somente negociantes de letras de câmbio e efeitos de comércio, mas também negociantes de crédito. Entre os privilégios concedidos pelos reis nas feiras de Lião, um dos mais importantes foi o relativo aos empréstimos a juros. Foi assim que afluíram a Lião capitais provenientes de todos os países onde o empréstimo a juro estava interdito pelo direito canónico. Os melhores clientes dos banqueiros lioneses foram os reis de França que, a partir de Carlos VIII, importaram quantias consideráveis sobre o mercado de Lião, sobretudo aos estrangeiros.

Um outro meio de que os negociantes e banqueiros dispunham para frutificar

os seus capitais era o desconto. Com o direito de estipular um juro, dispunham do seu dinheiro para satisfazer, com prazos mais ou menos largos, uma dívida ainda não vencida e exigiam logicamente uma remuneração.

De uma dívida paga por antecipação, eles retiravam da importância a pagar, o juro que o dinheiro produzira até ao momento do vencimento. O que convém mencionar ou melhor sublinhar, é que nesta época, o comércio bancário estava ligado ao comércio de mercadorias. Os banqueiros, no fundo, eram quase sempre autênticos comerciantes que faziam, indiferentemente, adiantamentos de dinheiro, de mercadorias ou ambas ao mesmo tempo.

Os banqueiros praticavam ainda operações de empréstimos sobre penhores; realizavam igualmente operações de compra e venda sobre valores mobiliários, pouco numerosos na verdade, mas que o desenvolvimento das dívidas comerciais, a criação de várias grandes companhias como a "Companhia das Índias Orientais", vieram aumentar consideravelmente.

O banco tal como ele funcionou em Lião, transpôs, portanto, depois do século XIV uma das etapas mais importantes.

Além de ter sido um banco de depósitos e transferências, foi também um verdadeiro instrumento de crédito, proporcionando a circulação de capitais, o que na verdade veio favorecer e desenvolver o comércio da época.

Em resumo, as operações que foram praticadas até ao século XVI em França e quase exclusivamente sobre a praça de Lião, eram as seguintes: troca de moedas, depósitos de numerário e de bens de valor móveis, transferências, contas correntes, câmbios e arbitragens, penhores, empréstimos e mesmo no final da Idade Média praticavam desconto.

Em 1175, o escocês Law realiza em

França uma tentativa para a criação de uma importante instituição de crédito, cujos resultados desastrosos tiveram enorme repercussão e retardaram de um século a criação de instituições bancárias, não só naquele país mas também em quase todos os países latinos.

Quanto a Portugal, naturalmente que devido às suas condições económicas e financeiras, só muito tarde, a bem dizer nos nossos dias, é que os bancos fizeram a sua aparição. Não quer dizer que, pelo facto de só muito tarde os bancos terem aparecido, não se realizassem já, desde longa data, operações a que se poderiam chamar de bancárias.

Estas operações deveriam ter existido, com certeza, visto que apareceram reguladas na legislação portuguesa, compiladas nas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas.

Ora, se havia regulamentação é por que estas operações existiam e se faziam. Consideram, portanto, alguns a famosa "Bolsa de Comércio" instituída em 1375 por D. Fernando, como um banco rudimentar, portanto, o precursor remoto dos bancos de Portugal. Todavia aquela célebre Bolsa foi, acima de tudo uma instituição seguradora, verdadeira Companhia de Seguros "avant la lettre", embora por força das suas funções pudesse realizar esporádicas operações bancárias. É isto pelo menos o que se desprende daquilo que Fernão Lopes escreveu na sua Crónica d'El-rei D. Fernando, no Cap. XCI quando diz que os portugueses já sabiam realizar empréstimos e aceitar depósitos.

Aquela instituição destinava-se a prestar auxílio aos armadores marítimos, tendo dado um forte impulso às frotas portuguesas. Se Portugal estava atrasado nas diversas operações bancárias em relação aos países estrangeiros devemos, no entanto, orgulhar-nos de ter sido Portugal o primeiro país que

tratou a sério dos empréstimos à lavou ra, devidamente regulamentados, realiza dos por intermédio dumas instituições chamadas Celeiros Comuns. O primeiro Celeiro foi fundado em Évora, em 1576, destinado a fazer empréstimos aos lavradores. Além daquelas instituições, algumas confrarias e misericórdias de sempenhavam também funções de bancos agrícolas e industriais.

Alguns monarcas portugueses, após D. Fernando, publicaram alvarás ou leis reguladoras de certas operações, hoje dentro do âmbito das usualmente praticadas pelos bancos, em particular o câmbio e a letra de câmbio.



6. AS FEIRAS E A ACTIVIDADE BANCÁRIA

Ao considerar-se uma carta geográfica da Europa Ocidental, verifica-se que há dois eixos que se cruzam: um vai do Sul ao Norte, do Mediterrâneo através da França e das províncias flamengas; o outro vai unir o Báltico e a Alemanha ao oeste ibérico. É sobre estes dois eixos que se estabeleceram as primeiras grandes feiras da Idade Média, quer nas encruzilhadas das rotas terrestres transversais, quer na proximidade dos portos marítimos e fluviais onde o transbordo das mercadorias exigia uma estadia de uma certa duração.

Se, dos diversos países da Europa, a França é considerada, entretanto, o centro do movimento das feiras, é porque ela ocupava uma situação excepcional favorável no ponto de reencontro dos dois eixos, entre a Alemanha, Itália, Espanha, Inglaterra e a Flandres.

É a partir do século XII, e até ao século XIV, que se organizam na Europa numerosas feiras: Bruges, Lille na Flandres; Lubeck, Leipzig, Francfort na Alemanha; Nine e Beaucaie no Sul da França.

As mais célebres e as mais frequentadas foram, sem dúvida, as feiras de Champagne situadas no cruzamento das grandes estradas que iam da Flandres para a Itália por um lado, da Alemanha para Paris e Espanha por outro. Beneficiavam, além disso, da independência e da neutralidade dos condes de Champagne. Havia cerca de 6 feiras com a duração de 6 semanas cada uma: duas em Provins, duas em Troyes, uma em Bar-sur-Aube e a última em Lagny.

Nestas feiras, de índole internacional, os banqueiros desempenharam primeiro o papel de cambistas, ofício indispensável, então, para permitir as transacções entre mercadores vindos de todas as regiões da Europa com moedas diferentes.

Bem depressa estas feiras deixam de ser somente o centro de troca de mercadorias, para se tornarem o termo e o domicílio dos pagamentos, até mesmo para as operações realizadas fora delas.

Depois de dois séculos de uma vida brilhante, as feiras declinaram, a partir do século XIV, mas a recordação dos serviços que elas tinham prestado levará muitas vezes os príncipes a tentar revigorá-las.

A presença dos banqueiros de espírito cosmopolita e habituados a operar

à escala internacional "de feira em feira", tornou mais fácil a constituição das hansas. É dos banqueiros de feira que os hansiáticos receberão o seu dinheiro internacional de conta, os seus processos de liquidação por trespasse e compensação, as suas normas jurídicas civis e comerciais.

Enfim, a organização de numerosas feiras, nos pontos mais importantes das correntes comerciais europeias (Champagne, Lille, Frankfort, etc.) leva a que se acelere o comércio bancário e se crie a carta de crédito de que já se falou e que constitui a grande inovação desta época.

A) O funcionamento das feiras

O programa das feiras era cuidadosamente preparado. Depois de 8 dias, denominados "entrada nas feiras" onde cada um se instalava e tomava contacto com os clientes ou fornecedores, a venda do pano começava e ia até ao décimo quinto dia, em que o grito de "fora os panos" lhe punha fim.

Então, enquanto começavam as vendas do couro e das mercadorias a peso, iniciavam-se igualmente as operações de banco propriamente ditas. Durante a primeira fase (3ª e 4ª semanas) eram liquidados os negócios realizados na feira. Um segundo período de 15 dias (5ª e 6ª semanas) seguia-se para os pagamentos a termo, em que se regulavam as operações concluídas fora da feira ou em feiras precedentes. No fim deste período, procedia-se ao "encerramento das trocas", quer dizer, os banqueiros instalados em barracas de madeira encerravam os seus bancos. Quatro dias depois, tomava-se a "carta de feira" quer dizer, que os credores não pagos, se faziam pagar, sob a jurisdição da feira, dos prejuizos originados pelos devedores recalitrantes.

A execução devia ser assegurada pelas autoridades e jurisdições locais a que pertenciam os devedores. Se estas não executavam as ordens expressas nas "cartas de feira", as municipalidades responsáveis eram excluídas da feira e os seus comerciantes não podiam mais apresentar-se lá.

B) A eclosão do direito bancário moderno

As feiras permitiram a formação de usos bancários que estão na origem do nosso direito actual. Este direito era já caracterizado pelo rigor das obrigações contratadas que eram sancionadas por jurisdição especial.

Desde a origem das feiras que os magistrados asseguravam a disciplina nas operações na feira e solucionavam os litígios. Eram delegados do senhor. Depois, os seus poderes são transferidos aos eleitos pelos comerciantes: os "consules" da corporação.

Os títulos de obrigações contratadas na feira têm "força probatória" e "força executória". São previstas sanções severas contra os devedores insolventes. É mesmo organizado um sistema de desistências de onde nascerá a falência. Estes efeitos rigorosos não eram, em princípio, aplicados senão às únicas obrigações verificadas por um título redigido por um notário e revestido da chancela do "guarda das feiras". Mas a importância destas instituições foi tal que, em todo o contrato comercial, os devedores tomaram o hábito de se submeter ao regime praticado na feira.

C) A moeda da feira

As feiras medievais, sobretudo a de Champagne, atraíram os mercadores de

dinheiro da Europa. Todas as moedas podiam aí correr. Era preciso pesá-las, calcular o tipo de liga, saber trocar umas com outras. Para efectuar pagamentos sobre a praça, era necessário saber converter na moeda especial da feira. A mais célebre, em Champagne, era a libra de Parvins, que circulou em todo o ocidente até ao século XIV. Quando os estados da Europa tiveram a sua moeda própria, do que resultou a eliminação das moedas senhoriais, abaciais e urbanas, a moeda de feira mudará de papel. De moeda real, ela tornou-se moeda de conta: acabou por servir de estalão para todos os cálculos dos câmbios. A moeda de feira tornou-se o "marc banco"

Os comerciantes de dinheiro não são somente cambistas. Recebem depósitos irregulares; tomando a seu cargo, e mediante comissão, a responsabilidade de conservar os bens em espécies sonantes dos seus clientes. Estes depósitos serão rapidamente trabalhados para aumentar a margem de benefício. Os cambistas poderão agir desta forma com bastante liberdade. A Igreja não fará jogar contra eles a regra canónica da proibição da usura. As abadias, à sombra das quais muitas vezes se organizaram as feiras, não somente as utilizaram para escoar os seus produtos, como também para adquirir os objectos que lhes eram necessários. As feiras conseguem quer directamente com taxas forais, quer indirectamente com especulações financeiras, de que os cambistas são os instrumentos, benefícios importantes desta actividade mercantil.

D) As operações dos banqueiros nas feiras

Os banqueiros instalados na feira conservavam as importâncias e os valores levados pelos comerciantes, e praticavam operações de câmbio manual, co-

mo se disse, porque as moedas eram diversas e o seu curso incessantemente variável.

Os banqueiros asseguravam, em cada feira, os regulamentos. Estes não regulavam somente as dívidas contraídas na feira. Aplicavam-se também às obrigações contratadas em feiras precedentes ou fora delas, utilizando a "lettera di pagamento", quando necessário

Está demonstrado que, antes do século XIV circulavam já letras de câmbio não negociáveis e é possível que, nos finais da Idade Média, essas letras se descontavam de forma parecida como se faz actualmente.

A letra de câmbio (ou simplesmente letra, na designação vulgar) é considerada como uma das grandes inovações da Idade Média, sendo a sua criação atribuída aos gibelinos em 1267. No entanto, Dupont de Nemours afirma que já em Tiro, Cartago, Atenas, Alexandria, Corinto e Siracusa tinha sido usado este título de crédito. A sua divulgação, porém, aparece com o desenvolvimento comercial na Idade Média. Os comerciantes deslocavam-se com frequência de umas cidades para as outras, o que os levou a procurar utilizar um meio mais cómodo e menos arriscado do que o transporte de ouro para efectuarem os seus pagamentos. Divulga-se assim a letra de câmbio, pela qual um devedor se compromete a liquidar a sua dívida numa data e num lugar dados.

As operações de troca manual, praticadas depois da Antiguidade, vão juntar-se, portanto, a técnica da ordem do saque. O comerciante entrega dinheiro a um banqueiro para que este efectue o pagamento sobre uma outra praça, quer ao próprio depositante, quer a uma outra pessoa, especialmente, designada. O banqueiro toma então o compromisso de fazer esse pagamento quer pes-

soalmente quer por intermédio de um correspondente situado no lugar do pagamento. É a abertura de crédito. Para permitir a realização do contrato de troca, o banqueiro redige, a partir do século XII uma letra dita "letra de pagamento" que endereça ao seu correspondente do lugar do pagamento, pedindo-lhe para efectuar a entrega nas mãos de tal pessoa ou de quem quer que lhe apresente. Confia esta letra ao cliente que previamente faz o depósito. É esta letra que dá origem ao aparecimento das letras de câmbio modernas. Mas a letra de pagamento não circula ainda por endosso, o qual só aparecerá no século XVIII.

O comerciante pode, também, já na época, remeter ao seu banqueiro as letras que recebeu dos seus clientes, encarregando-o de as guardar ou de as fazer cobrar na feira. O banqueiro torna-se assim um depositante de títulos.

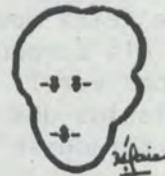
O uso das letras de câmbio não era feito senão pelas grandes casas comerciais ou pelas altas personalidades políticas e eclesiásticas.

As operações de desconto das letras de câmbio foram igualmente imaginadas na época.

Por vezes, um comerciante que deve receber um pagamento sobre uma praça estrangeira tem necessidade de fundos sobre a sua própria praça. A moeda de pagamento se não for a mesma que a moeda do valor fornecido, obriga o comerciante a remeter ao banqueiro uma letra sobre o seu devedor: a transferência de fundos junta-se, assim, também uma operação de troca manual e uma operação de crédito, porque o banqueiro adianta os fundos que recuperará através do pagamento da letra.

Para simplificar ainda mais as operações chega-se rapidamente a praticar no final da Idade Média, o sistema das

compensações: os créditos de uma praça relativos a uma outra eram totalizados e compensados com as dívidas da primeira praça sobre a segunda. A compensação realizava-se e só o saldo se tornava pagável. Este é o princípio das câmaras de Compensação actuais.



7. O APERFEIÇOAMENTO DA ARTE BANCÁRIA PELA CONTABILIDADE

Graças aos Templários, a arte bancária aperfeiçoou-se pelo desenvolvimento da contabilidade, das partidas dobradas, quer dizer, uma contabilidade de que indicava ao mesmo tempo os capitais investidos e o seu emprego.

Estes novos métodos de contabilidade de contribuíram para minimizar os riscos das inversões e para garantir ao capital um rendimento tentador.

Contrariamente à afirmação de Nieburg, baseado numa interpretação de um texto de Cícero, nem os gregos nem os romanos tiveram as suas contas em partidas dobradas. Foram os Templários que primeiro parecem ter utilizado a contabilidade por partidas dobradas, porque a multiplicidade das contas e territórios anexos que possuíam permitia-lhes fazer um balanço geral do activo e passivo.

Tem sido, entretanto, opinião geral, para certos autores, que o primeiro exemplo indiscutível de contabilidade por partidas dobradas se encontra nas contas dos administradores municipais (massari) de Génova, em 1340.

Nos começos do século XIV, a situação era própria para um câmbio de técnicas, passando da antiga forma de registar as contas, à base de parágrafos separados, a de situar os débitos a um lado e os créditos a outro.

O primeiro exemplo da contabilidade, à base de parágrafos, remonta a 1211, em Florença. Todavia, já anteriormente, a este facto, se haviam utilizado as contas.

As sociedades mais estáveis do século XIII requeriam um conhecimento mais preciso da situação em que se encontrava cada sócio num dado momento. Outro factor que contribuiu para o desenvolvimento da contabilidade foi o facto de os agentes de vendas à comissão terem de fazer listas das mercadorias que enviavam aos comerciantes, e iniciaram, desta forma, um sistema consistente, em compensar as partidas recebidas com as vendidas.

Era perfeitamente possível lançar as contas em parágrafos separados, deixando espaços em branco que foram posteriormente preenchidos com detalhes pertinentes. Resultava muito mais cómodo, pôr os débitos junto dos créditos, mesmo em páginas opostas, mesmo em uma mesma página, dividida em duas colunas por uma linha vertical.

O diário de caixa do Templo de Paris, de 1295 e 1296, chegou até a nossa época, assim como o balanço das contas do rei com o Templo de 1286 a 1295. Em cada folha do livro Diário, figura já o nome do templário de serviço à caixa, a data, os diversos depósitos e todas as saídas do dia. Para cada depósi-

to indica-se o montante, o nome do depositante, a origem do depósito, o nome da pessoa ou conta beneficiária do depósito, a indicação do registo da receita. Quando o depósito resulta de uma operação de troca, a natureza e o curso das moedas são detalhadas especificadamente.

O livro de contas de Riniere Fini, agente de um banqueiro florentino, nas feiras de Champagne, entre os anos de 1296 e 1305, cumpria os requisitos do sistema de partidas dobradas. Todavia, há autores que não aceitam este precedente.

Uma controvérsia parecida existe em torno do livro Diário de Faroldi, também florentino nos anos de 1299-1300: alguns autores já alegaram que um contabilista de Siena, anotou, de 8 a 11 de Dezembro de 1281, as receitas ao lado dos gastos, de modo similar ao que se faz na contabilidade do século XX.

Mas as partidas dobradas não foram o único aperfeiçoamento da técnica contábil de que vieram a usufruir os banqueiros, principalmente, os da Renascença. Também foi muito importante o emprego dos livros auxiliares de que resultou a contabilidade centralizada.

A forma de anotação tabular que se descreve em Génova, no ano de 1327, como contabilidade "ad usum bauchi", foi estabelecida provavelmente pelos cambistas, cujas tábuas deram origem ao termo "tabular", mas a utilização deste método não implica necessariamente, um conhecimento do sistema de partidas dobradas.

Parece ter acontecido que o Norte da Itália aceitou, antes de Toscana a contabilidade por partidas dobradas. Génova e Milão, foram as cidades pioneiras do novo método, enquanto Florença não utilizou o sistema bilateral,

até finais do século XIV.

Ao Norte dos Alpes, sempre que aparecem vestígios da contabilidade por partidas dobradas, é possível atribuí-las à influência italiana. Um estudo detalhado da contabilidade no Norte e Oeste da Europa mostra que estas regiões estavam muito atrasadas, neste aspecto, em relação à Itália, já que os métodos contabilísticos italianos não se adoptaram com carácter geral em toda a Europa, até ao século XVI.

O emprego de livros diários e de livros para gastos, assim como o sistema de passar lançamentos de outros livros ao Livro Diário e Razão, foram técnicas que se iniciaram todas elas no século XIV.

Talvez a teoria mais sensata que possa manter-se viva quanto ao sistema de partidas dobradas é a que teve a sua origem na Itália entre os anos de 1250 a 1350 e que provavelmente, apareceu simultaneamente em várias cidades.

Em Florença, a afirmação de Paliá no ano de 1382, no sentido de que ele relevava as suas contas "à Veneziana", permite supor que na capital toscana, o sistema houvera sido copiado de Veneza, embora, de facto, Veneza não estivesse tão adiantada como Génova e Milão na prática de balanços de compensação.

A contabilidade do famoso comerciante de Prato, Francesco di Marco Datini (1335-1410), mostra a transição do sistema unigráfico para o sistema digráfico, já que os seus primeiros livros maiores (Diário e Razão), desde 1367 até 1372, não empregavam partidas dobradas, enquanto, a partir de 1390 o façam de maneira muito clara.

Nos arquivos de Datini podem encontrar-se letras de câmbio, apólices de seguros, conhecimentos de embarque e formas rudimentares do talão bancário.

Isto põe em destaque o alto grau de perfeição técnica que alcançou a administração comercial em Itália, nos fins do período medieval e a que não é estranho o uso da contabilidade digráfica.

Não há dúvidas que os métodos contabilísticos dos Templários foram conservados, depois deles, pelos venezianos. É em Veneza, em 1494, que o monge franciscano, Luca Paccioli, amigo de Leonardo da Vinci, publicará o primeiro Tratado da Contabilidade — Summa de Aritmética, em que a III parte se dedica à digráfica contabilística.

Luca Paccioli descreve um sistema muito conhecido na Itália e que era mais complexo do que os seus leitores podiam supor, mas este sistema era praticamente desconhecido fora da península.

o o o o

A variedade de operações efectuadas na feira permite fazer um julgamento sobre as transformações da banca, na Idade Média.

Durante todo este período, os banqueiros praticaram os depósitos — o que os diferenciava sem dúvida dos cambistas — mas sem trazer realmente modificações a esta operação de depósitos, a não ser a criação de títulos de depósito.

É, sobretudo, graças aos melhoramentos trazidos pelas técnicas das operações de câmbio e transferências de dinheiros, que os banqueiros da Idade Média contribuíram verdadeiramente para o progresso do comércio bancário.

Os bancos na Idade Média dese

nhavam muitas das funções, embora não todas, que são próprias destas instituições no século XIX e nos nossos dias. A sua função básica era oferecer crédito e, para isso, tinham de garantir os depósitos. Numa época que não se caracterizou precisamente pela força da lei e da ordem, muitas pessoas estavam desejosas de dispor de um lugar seguro onde depositar os seus bens de valor e o seu dinheiro. Pese as severas proibições da Santa Igreja, não estavam muito dispostas a depositar o seu dinheiro, em efectivo, se não obtinham um rendimento pelo mesmo. Para isso, os banqueiros tinham o costume (que foi seguido sem dúvida alguma, pelos Médicis) de dar prémios aos seus depositantes, sob a forma de dâdivas gratuitas, para iludir as proibições da lei canónica, mas que, de facto, eram o equivalente ao juro sobre o depósito e sem os quais é provável que os depósitos bancários não alcançavam a quantia suficiente para cobrir as necessidades comerciais. Quando, a partir de 1311, se estabeleceu que os banqueiros podiam ser declarados culpados sobre a base de suas próprias contas correntes, tiveram de extremar as suas precauções o que, na realidade, constituía um pagamento de juro, denominava-se "dono ou discrezione".

Mas os bancos, na Idade Média, não eram bancos centrais. Não podiam emitir moeda, função que pertencia ao soberano, embora este pudesse delegar os seus direitos. Tão pouco controlavam a quantidade total de dinheiro e de crédito em circulação; ainda não se houvera introduzido o talão bancário.

A letra de câmbio é a grande inovação da época. Ela não constitui, ainda, um verdadeiro título de crédito. Graças a ela, já se realizam operações futuras. Se o endosso não existe, o título está pelo menos criado e mais tarde

adquirirá a mobilidade, que permitirá circular os créditos e tornará possível o desconto moderno.

Só muito mais tarde é que a questão dos prazos de pagamento da letra foi também resolvido. Inicialmente, um dos prazos era por viagem, outro em dia certo. Depois é que apareceu "a tantos dias de vista ou de prazo", etc....

Todavia, enquanto a letra é a grande inovação da época e desenvolve rapidamente o comércio, sob o aspecto de troca creditícia, a contabilidade por partidas dobradas constitui a descoberta mais importante da Idade Média, o que lhe valeu, após estudos posteriores — século 20 — a sua aceitação como ciência, após a publicação de um estudo sobre a teoria positiva da Contabilidade por Dumarchey.

Enfim, vislumbra-se nesta época um aspecto fundamental do direito comercial: o seu carácter internacional. Os usos do comércio, na Idade Média, regulam as relações de negociantes de países diferentes, mas com necessidades idênticas. Forma-se um direito comum a todas as praças comerciais do mundo ocidental. Numerosos factores concorreram para esta unificação; dispersão dos judeus e lombardos por toda a Europa, as feiras, a deslocação de mercadorias e de técnicas, a Igreja, finalmente, tanto pela universalidade da sua doutrina como pela sua rede de cobradores.

Destarte se explica a unidade do direito bancário na Idade Média. Mais do que qualquer outro ramo do direito, foi a realização material desta unidade internacional que constituía a Cristianidade. Mas esta verdade será batida em breve, quando se formarem as nacionalidades. O internacionalismo dos comerciantes e banqueiros opõe-se efectivamente ao nacionalismo dos Estados que se vão formar ao longo da Renascença.

CONTAS DE RESULTADOS

O "Plano Oficial de Contabilidade" (P.O.C.), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 44/77, de 7 de Fevereiro, apresenta no seu capítulo II, ponto 2o, o Quadro de Contas que serve de base à contabilização dos factos patrimoniais. Nesse Quadro de Contas, as contas apresentam-se distribuídas por 10 classes e subdivididas em 3 grupos, de acordo com o seguinte esquema:

| GRUPOS | CLASSES |
|-------------------|--|
| Contas de Balanço | 1-Meios Monetários |
| | 2-Terceiros e Antecipações |
| | 3-Existências |
| | 4-Imobilizações |
| | 5-Capital, Reservas e Resultados Transitados |
| Contas de Result. | 6-Custos por Natureza |
| | 7-Proveitos por Natureza |
| | 8-Resultados |
| Outras Contas | 9-Contabilidade de Custos o-Livre |

Jorge Matias

(Lic. Jorge Matias - Prof. do IMPE)

CONTABILIDADE FINANCEIRA

O Grupo designado por "Contas de Resultados", apresenta-se subdividido em três classes, de estrutura diferente.

As classes "6-Custos por Natureza" e "7-Proveitos por Natureza" integram as contas de gestão destinadas a obter informações pormenorizadas, ao longo do ano, para servirem de base de actuação à administração da empresa. Os custos e os proveitos, por natureza, em conjugação com as existências iniciais e finais permitem determinar os resultados correntes do exercício económico e a respectiva demonstração. No final do ano (exercício económico), as contas das classes 6 e 7 são saldadas, e transferido o seu saldo para a classe 8, na conta "81 - Resultados Correntes do Exercício".

É na classe "8 - Resultados" que os resultados apurados no exercício são explicitados, por desenvolvimento ou por síntese.

O Resultado do Exercício é fixado na conta "88 - Resultados Líquidos" por transferência do saldo da conta "81 - Resultados Correntes do Exercício" e dos saldos das contas "82 - Resultados Extraordinários do Exercício" e "83 - Resultados de Exercícios Anteriores".

Assim, e de acordo com as considerações técnicas apresentadas pelo P.C.C. temos que:

- Os custos e os proveitos de gestão corrente são registados, durante o exercício económico, em contas específicas, respectivamente das classes 6 e 7; só no final do exercício, se determina o resultado corrente ou de exploração na conta 81.

- Os custos e os proveitos, próprios do exercício, mas não originados

pela actividade normal da Empresa, são fixados, ao longo do ano, na conta 82.

- Os custos e os proveitos obtidos no exercício, mas que dizem respeito a exercícios anteriores, são registados na conta 83, também no vimentada ao longo do ano.

- Em "88 - Resultados Líquidos", apura-se o lucro ou prejuízo do exercício económico, por transferência do Resultado Corrente do exercício (saldo devedor ou credor da conta 81) e dos custos anormais (saldos devedores de 82 e 83) e proveitos anormais (saldos credores de 82 e 83).

Vejamos, em esquema, e de acordo com o sistema de inventário intermitente, o apuramento de resultados:

| | |
|------------------|------------|
| 32 (33/34/35/36) | |
| Ex. i | Ex. i (81) |
| (81) Ex. f | |
| 38 | |
| Sd a | a (81) |
| 61 | |
| Sd b | b (81) |
| 71 | |
| (81) c | Sc c |
| | |

| | |
|--|---|
| 81 | |
| (32) Ex. i (38) a (61) b (88) z | Ex. f (32) c (71) |
| = | |
| 82 | |
| Sd e (88) f | Sc f e (88) |
| = | |
| 83 | |
| Sd g (88) h | Sc h g (88) |
| = | |
| 88 | |
| (59) x (82) e (83) g | Sl. x z (81) f (82) h (83) |
| = | |
| 59 | |
| x (88) | |

No esquema anterior, apresenta-se a hipótese de apuramento de resultados numa empresa comercial.

As existências iniciais de mercadorias (32) são transferidas, no final do exercício, para a conta 81.

As existências finais (32) são apuradas por inventariação directa, e transferidas também para 81.

Assim, o saldo de 32 apresenta, em

31/12, o valor das existências em armazém.

No sistema proposto de inventariação periódica das existências, só no final do exercício é possível determinar o valor das existências.

A conta "32 - Mercadorias" não é movimentada ao longo do exercício. As variações derivadas da actividade corrente da empresa são registadas em "61 - Compras" e "71 - Vendas de Mercadorias e Produtos".

Na conta "38 - Regularização de Existências" são registadas, ao longo do exercício, as variações das existências não derivadas de compras e vendas. Essas variações podem ter origem em quebras, sobras, ofertas de ou para terceiros. O seu saldo (devedor ou credor) é transferido, no final do exercício, para 81.

Os saldos devedores das contas da classe 6 e os saldos credores das contas da classe 7, são transferidos para 81 que, apresenta, nesse momento, o resultado de exploração da empresa.

O saldo de 81 (Sc = z) e os saldos devedores e credores de 82 e 83 são transferidos para a conta "88 - Resultados Líquidos" que fixa, após estas agregações, o resultado do exercício económico.

O apuramento de resultados do exercício deve começar pela verificação da conta 88 se apresentar saldada, em relação ao exercício anterior. Se isso não acontecer o seu saldo (devedor ou credor) deve ser transferido para a conta de Capital Próprio (Classe 5) "59 - Resultados Transitados".

Este esquema agregativo leva a que, no Balanço, apenas apareça, do grupo de

Contas de Resultados, a conta "88 - Resultados Líquidos" a exprimir o resultado do exercício.

Se o resultado apurado em "88 - Resultados Líquidos" corresponder a um lucro, é conveniente debitar esta conta, em contrapartida de "28 - Provisões para Impostos sobre Lucros", pela verba calculada para esse fim, tendo em atenção os resultados apurados e o regime fiscal vigente.

No exercício económico seguinte, a conta "88 - Resultados Líquidos" é movimentada pela aplicação dos resultados, de acordo com o deliberado pelo órgão competente.

Assim, existem essencialmente duas fases distintas no movimento de "88 - Resultados Líquidos":

a) Apuramento de Resultados

88 - Resultados Líquidos

| 88 - Resultados Líquidos | |
|---|--|
| Saldos devedores das contas: | Saldos credores das contas: |
| 81-Resultados Correntes do Exercício (1) | 81-Resultados Correntes do Exercício (2) |
| 82-Resultados Extraordinários do Exercício. | 82-Resultados Extraordinários do Exercício |
| 83-Resultados de Exercícios Anteriores | 83-Resultados de Exercícios Anteriores |
| 28-Provisões para Impostos sobre Lucros | |

- (1) - Sd de 81: Resultados Correntes negativos.
- (2) - So de 81: Resultados de Exploração positivos.

b) Aplicação de Resultados

88 - Resultados Líquidos

| Distribuição de Lucros (So de 88), por crédito das contas | Aplicação (cobertura) de prejuízos (Sd de 88), por débito das contas: |
|---|---|
| 255-Sócios c/ Resultados (1) | 55-Reservas Legais e Estatutárias |
| 256-Associadas, c/ Resultados (2) | 56-Reservas Especiais |
| 269-Outros Devedores e Credores | 58-Reservas Livres |
| 54-Capital Individual (3) | 59-Resultados Transitados |
| 55-Reservas Legais e Estatutárias | |
| 56-Reservas Especiais | |
| 58-Reservas Livres | |
| 89-Dividendos Antecipados (4) | |

- (1) - ou "Accionistas, c/ Dividendos".
- (2) - ou "Associadas, c/ Dividendos".
- (3) - no caso de empresas em nome individual, os resultados transfe

CONTABILIDADE FINANCEIRA

rem-se para a conta "54 - Capital Individual", na sub-conta "543 - Conta Particular", se for transferido no exercício seguinte ou na sub-conta "542 - Adquirido" se o saldo de 88 não for transferido até ao fim do exercício económico seguinte.

- (4) - A conta "89-Dividendos Antecipados" apenas é movimentada nas sociedades por acções, quando os dividendos forem atribuídos antes do apuramento dos resultados, sendo debitada em contrapartida da "255-Accionistas, o/ Dividendos.

Se, no final do exercício económico seguinte, a conta "88 - Resultados Líquidos" apresentar saldo, esse saldo deverá ser transferido para a conta "59 - Resultados Transitados" ou para "542 - Capital Individual - Adquirido" (no caso da empresa em nome individual).

O esquema agregado que apresentamos permite determinar os resultados do

Exercício por síntese.

É importante para a empresa a degrinação dos resultados obtidos no exercício. O P.O.C. apresenta um conjunto de mapas discriminativos denominados por "Demonstração de Resultados por Natureza", obtidos directamente das contas das classes 6, 7 e 8, completadas com as existências iniciais e finais.

Desses mapas destaca-se a "Demonstração de Resultados Líquidos" que faz a análise dos vários componentes do rédito, de acordo com a sua natureza específica.

Nesse mapa são apurados desde o Resultado Bruto das Vendas até ao resultado líquido final. Os resultados correntes são desdobrados nos seus componentes, através das contas de custos e de proveitos, por natureza. Os ganhos e perdas extraordinárias do Exercício e de exercícios anteriores agregam-se aos resultados correntes permitindo, assim, determinar o Resultado Líquido do Exercício.



O CUSTO DO ACIDENTE PARA A EMPRESA

1. Generalidades

Se procurarmos no dicionário a palavra prevenção encontraremos como sinônimo o termo premeditação, isto é, disposição prévia, acto ou efeito de prevenir.

O desenvolvimento da prevenção nas empresas, portanto, o acto ou o efeito de prevenir o acidente, responde em primeiro lugar e antes de mais nada a preocupações de carácter humanitário, independentemente da Estatística - verdadeira espada de Damocles - ter afirmado que a cada mil acidentes corresponde, em média, um caso fatal e da Sociologia - numa opção universalista - ter reconhecido que o factor humano intervém em 80% dos acidentes de trabalho.

Por outro lado, todo o acidente evitado constitui, em termos de custos, uma economia real para a empresa, pois, segundo especialistas, apenas 2% dos acidentes de trabalho são absolutamente inevitáveis o que corresponde, em teoria, a serem evitáveis os restantes 98%.

Consequentemente, se é da mais elementar regra humanitária evitar o acidente - e uma prevenção razoavelmente organizada, tanto técnica como psicolo

(Lic. Horácio Porto - Prof. do IMPE)

gicamente, pode facilmente reduzir a sinistralidade laboral a 30 ou 40 % da sua incidência - também é da maior importância, dar a todos os interessados os meios de calcular o custo do acidente, a fim de poder tirar daí as conclusões que se impõem, quando se estabelece o balanço da prevenção.

Ensina-nos a realidade que o acidente custa à empresa, muito mais do que se pensa à primeira vista, muito mais do que por vezes se diz, muito mais do que pode avaliar-se.

Com base nestas realidades, vejamos como calcular o custo do acidente.

2. Classificação de custos

O custo do acidente divide-se em três partes :

- o custo directo,
- o custo indirecto,
- o custo desconhecido.

O custo directo ou, como muitos tratadistas preferem, o custo aparente do acidente, engloba o montante dos encargos de seguro ou da reparação imediata das lesões sofridas pelo acidentado.

O custo indirecto abrange o tempo perdido pelo acidentado e pelos que o socorrem, a capacidade profissional destruída e que importa substituir, as quebras de produção, as demoras na recuperação do equilíbrio empresarial, o custo da reparação de máquinas ou de aparelhos danificados, os encargos com a prevenção, etc...

O custo desconhecido refere-se, para alguns, às perdas financeiras motivadas pelas perturbações no clima da

empresa devidas ao ambiente gerado pelo acidente ; para outros, avoluma-se na perda de prestígio da empresa, na desconfiança dos clientes e dos organismos de crédito devido aos atrasos de produção e na suspeita e vigilância intensiva dos diversos postos de controlo. Ainda de realçar, embora muito pouco se fale nele, o "quase acidente", que alguns calculam ter uma frequência 300 vezes maior do que o acidente com paragem de trabalho.

Analiseemos, pois, separadamente cada um destes custos.

3. Princípios Gerais

Para situar com precisão os números e compreender o alcance dos encargos e das despesas por eles representados, importa desde já esclarecer que, se a vítima do acidente sofrer redução na sua capacidade de trabalho ou de ganho :

o salário do dia do acidente é pago pela entidade patronal ;

os três dias seguintes ao acidente são indemnizados com 1/3 do valor da retribuição base ;

a partir do 5º dia e durante o tempo em que o acidentado estiver com baixa, a indemnização é igual a 2/3 da quere a retribuição base.

Este preceito encontra-se regulamentado na Lei nº 2127/65:

As expressões, salário diário e retribuição base, requerem explicação prévia para quem não está familiarizado com a legislação que rege os acidentes de trabalho, porquanto, embora íntimamente relacionadas, são iguais para

os trabalhadores que ganhem o corres
pondente ao salário mínimo nacional.

Vejamos com um exemplo :

o acidentado auferiu mensalmente e com carâ
cter regular, no decurso do a
no anterior à data do sinistro , a im
portância de 25 000\$00 ;

multiplicando esse valor por 14, o que abrange os 12 meses do ano, mais os subsídios de férias e de Natal, conclui
-se ter o acidentado percebido nesse a
no 350 000\$00 ;

considerando que o dia de descanso semanal esteve compreendido na retri
buição do sinistrado, determina o De
creto nº 360/71 que, para o cálculo do salário diário, tem de dividir - se o quantitativo dos proventos anuais por 360 dias, o que conduz ao valor de 972\$22.

Quanto à retribuição base, valor a partir do qual são liquidadas as inde
mnizações, refere o Decreto - Lei nº 459/79 e passo a ler textualmente que "relativamente a todas as incapaci
des temporárias ..., na retribuição ba
se diária somente se atenderá a 70% da parte excedente a 1/30 do salário míni
mo nacional"; assim, como no momento presente aquele salário mínimo é igual a 10 700\$00 mensais, com algumas excep
ções (serviços domésticos - 6 800\$00 - agricultura, pecuária e silvicultura - 8 950\$00) teríamos no nosso exemplo :

| | |
|----------------------------------|----------------|
| salário diário | 972\$22 |
| 1/30 do salário mínimo nacional- | 356\$67 |
| excedente | <u>615\$55</u> |
| 70% do excedente | 430\$88 |
| 1/30 do salário mínimo nacional+ | 356\$67 |
| retribuição base .. | <u>787\$55</u> |

4. Custo directo

Sabe-se que o custo médio de um acidente com baixa, incluindo as despe
sas de tratamento, elevou-se no triê
nio 1978/1980 a 16 859\$00.

Analisando, porém, com detalhe o custo médio do acidente em cada um des
ses três anos, constata-se que os va
lores que lhes corresponderam foram i
guais a

| | |
|------------------|----------|
| 13 163\$00 | em 1978, |
| 15 571\$00 | em 1979, |
| 21 842\$00 | em 1980, |

o que equivale a um incremento de 65,90%, no triênio e de 40,30%, no biê
nio 1979/1980. A ter-se mantido o mes
mo ritmo ascensional e tudo leva a con
cluir ter sido superior, em 1981 o cus
to médio do acidente com baixa, isto é, do acidente em que o sinistrado ficou incapacitado para o trabalho durante um certo tempo, findo o qual retomou a actividade na plena posse das suas fa
culdades físicas, não foi certamente inferior a 31 000\$00.

Como é do conhecimento geral, mui
tos acidentes de trabalho deixam ras
tos indemnizáveis a que irá correspon
der uma pensão vitalícia fixada pelo Tribunal de Trabalho, igual a 2/3 da redução sofrida pelo sinistrado na sua capacidade geral de ganho.

Sempre que tal acontece , o custo médio do acidente eleva-se substancialmente, uma vez que a entidade responsá
vel pelas consequências do sinistro, depois de ter liquidado todas as despe
sas decorrentes, como tratamentos, far
mácia, intervenções cirúrgicas, honorá
rios clínicos, internamentos, etc. e de ter indemnizado a vítima pelo período
em que ela esteve em regime de incapa

cidade temporária absoluta, começa a pagar-lhe, com carácter vitalício, uma pensão que tem por coordenadas,

- a data a partir da qual o acidentado foi dado como curado,
- o valor da sua retribuição base diária,
- a percentagem da sua incapacidade.

Para poder fazer-se uma ideia realista do aumento que pode representar para o custo do acidente aquele agravamento, direi que no exemplo do nosso acidentado, findo o processo, se o Tribunal do Trabalho lhe tiver fixado uma IPP (incapacidade permanente parcial) de 30% correspondente, por exemplo, à perda de dois dedos - o polegar e o médio - ambos de mão passiva, a pensão vitalícia e anual a que o acidentado passava a ter direito seria igual a

$$787\$55 \times 360 \times 0,30 \times 2/3 = 56\ 703\$60.$$

Esclarece-se que, com excepção dos trabalhadores rurais e equiparados-credores de regime especial - as entidades responsáveis pela reparação prevista na lei, em consequência de acidente de trabalho, são as companhias de seguros a menos que tenha sido reconhecida à entidade patronal capacidade económica para, por conta própria, cobrir os respectivos riscos.

Assim, o custo directo do acidente constitui o montante dos encargos e das despesas cobertas pelo seguro e esse preço aparece na contabilidade das empresas sob a forma de uma "quotização" lançada a título de prémio de seguro de acidentes de trabalho.

Essa "quotização", como é lógico, está directamente ligada aos algarismos que citei e ao número de acidentes declarados.

Em França, por exemplo, essa "quotização" representava, ainda há pouco tempo, 8,98% dos salários directos na indústria das construções e, no nosso país, 4,16%, o que se compreende pela diferença de salários existentes entre os operários dos dois países.

Se adiantar que as companhias de seguros que operam em Portugal englobando, portanto, as nacionalizadas, as mixtas, as mútuas e as estrangeiras, cobraram prémios sobre um quantitativo de salários que em 1979 subiu a 193 milhões de contos, em 1980, ultrapassou os 400 milhões e em 1981, muito provavelmente terá atingido os 600 milhões de contos, facilmente se compreenderá que a descida de 1 ponto que seja no valor dos encargos com os prémios de seguro, em consequência dum esforço colectivo de prevenção, é perfeitamente concebida e reflectir-se-ia nitidamente nos benefícios reais de muitas empresas.

Tomando por base os valores estimados para o ano de 1981, esse benefício teria representado uma economia global de 60 000 contos.

Todavia e infelizmente, não parece ser em futuro muito próximo que as empresas no nosso país conseguirão esse benefício, uma vez que a sinistralidade de actual aponta para a necessidade de reforçar algumas taxas de seguro, se não mesmo todas, no que respeita a acidentes de trabalho, pese embora a remodelação que o sector irá sofrer com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia.

Para se ter uma ideia mais consensual com a dura realidade portuguesa, acrescentarei que em 1980 foram registados oficialmente, 258 612 sinistros, o que correspondeu a terem-se acidentado para o trabalho, 3 portugueses em cada 100. O total dispendido com os en

cargos e as despesas inerentes a esses processos somou mais de 5 milhões de contos, exactamente 5 028 403 contos.

Por actividades, direi que esses sinistros se distribuíram da seguinte forma :

| | |
|--|---------|
| na indústria | 120 912 |
| na construção e obras públicas | 46 455 |
| na agricultura, silvicultura e pescas | 17 064 |
| nos transportes | 13 756 |
| no comércio, restaurantes e hotéis | 15 002 |
| na indústria extractiva | 3 748 |
| nas actividades não especificadas | 41 675 |

Dado o papel relevante que o custo directo do acidente tem na economia das empresas, não admira que os estudos sobre prevenção mereçam cada vez mais a atenção dos responsáveis, já que a sua taxa permanece ignorada pela maioria dos responsáveis, pois raramente é tomada em consideração, isoladamente, pelas contabilidades. As suas modificações aparecem, portanto, como uma sanção financeira, por vezes muito pesada das negligências nos esforços de prevenção. Importa, pois, tomar na devida conta as despesas reais do seguro e das suas modificações progressivas.

5. Custo indirecto

Se, como já vimos, o custo aparente do acidente é de extrema importância pela incidência que tem na economia real da empresa, importante é, também, verificar que a empresa suporta numerosos encargos indirectos, não cobertos pelo seguro, mais ou menos es tratamento ligados aos acidentes e cu jas consequências financeiras, embora menos evidentes e menos fáceis de con

tabilizar, atingem rapidamente taxas e levadas.

Para precisar os múltiplos aspectos deste problema, diversas tentativas foram feitas nos últimos anos e em diversos países.

Na generalidade, todas puseram em evidência as dificuldades reencontradas na definição e, sobretudo, nos cálculos das consequências resultantes de um acidente de trabalho.

Não será, pois, inútil debruçarmo-nos sobre essas tentativas e precisá-las, insistindo sobre as despesas até aqui desconhecidas ou mal conhecidas.

Independentemente dos aspectos a coberto do seguro, ficam a cargo da em presa :

- a. responsabilidades legais,
- b. cuidados imediatos,
- c. produtividade perturbada,
- d. encargos administrativos,
- e. consequências materiais.

a. Nas responsabilidades legais, po dem considerar-se :

- o salário do dia do acidente, seus complementos e encargos ;
- os efeitos pessoais e o equipa mento individual deteriorado ;
- os socorros prestados.

Sendo obrigatório, para o dia do a cidente, o pagamento pela empresa do salário e dos seus complementos e dos encargos para a Previdência, eventual mente, pode constituir, também, en car go o pagamento da diferença salaria l durante o período em que o acidentado estiver incapacitado para o trabalho.

Hã, de facto, empresas onde é já

obrigatório o pagamento desse complemento do seguro, por força de disposições inseridas nos contratos coletivos de trabalho, como é o caso das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas.

As empresas abrangidas por esse tipo de contratos, enquanto não tiverem estudado um sistema complementar de seguro que obvie aos prejuízos sofridos pelos trabalhadores acidentados, são obrigadas a pagar, durante o período em que eles estiverem com incapacidade temporária superior a 10 dias seguidos uma percentagem correspondente à diferença entre a indemnização paga pelo seguro, nos termos da legislação em vigor e a remuneração líquida percebida pelo sinistrado à data do acidente.

Essa percentagem, que varia consoante o número de dias de incapacidade, vai desde 25%, nos primeiros 30 dias, até 100%, para além de 90 dias, não podendo, contudo, ultrapassar a remuneração certa, líquida, mensal.

Para o sinistrado que nos serviu de exemplo e partindo da hipótese de que o médico assistente só lhe deu alta de curado após três meses e catorze dias depois da data do acidente, a empresa metalúrgica onde estava empregado era obrigada a pagar-lhe, 28 082\$00, ou seja, a diferença entre a indemnização paga pelo seguro, 53 816\$50 (788\$00 + 53 028\$50) e a remuneração certa líquida auferida pelo trabalhador à data do acidente, 81 898\$50 (2 362\$ 00 + 79 536\$50).

Cálculos :

| | |
|--|---------------------------------|
| Retribuição do dia do acidente: | 972\$50 |
| Retribuição nos três dias seguintes ao acidente: | |
| a pagar pelo seguro | |
| 3 x 1/3 x 787\$55 | 788\$00 |
| remuneração certa | |
| 3 x 972\$22 | 2 917\$00 |
| caixa de previdência | |
| 7,5% x 2 917\$00 | - 219\$00 |
| imposto profissional | |
| 8% x 350 000\$00 = | |
| = 28 000\$00 | |
| 360 --- 28 000\$00 | |
| 1 --- X =77\$778 | |
| 3 dias x 77\$778 | - 233\$50 |
| sindicato | |
| 1% x 2 917\$00 | - 29\$50 |
| A transportar:..... | - 582\$00 |
| | <hr/> |
| | 2.917\$00 788\$00 972\$50 |

| | | | | |
|-------------------------------------|-------------|-------------------|------------|------------|
| Transporte:..... | - 582\$00 | 2.917\$00 | 788\$00 | 972\$50 |
| fundo de desemprego | | | | |
| 2,5% x 2 917\$00 | - 73\$00 | <u>555\$00</u> | | |
| remuneração certa líquida | | 2 362\$00 | | |
| a pagar pela empresa | | <u>1 574\$00</u> | | 2 362\$00 |
| Retribuição nos restantes 101 dias: | | | | |
| a pagar pelo seguro | | | | |
| 101 x 2/3 x 787\$55 | | | | 53 028\$50 |
| remuneração certa | | | | |
| 101 x 972\$22 | | | 98 194\$50 | |
| caixa de previdência | | | | |
| 7,5% x 98 194\$50 | - 7 365\$00 | | | |
| imposto profissional | | | | |
| 101 d. x 77\$778 | - 7 856\$00 | | | |
| sindicato | | | | |
| 1% x 98 194\$50 | - 982\$00 | | | |
| fundo de desemprego | | | | |
| 2,5% x 98 194\$50 | - 2 455\$00 | <u>18 658\$00</u> | | |
| remuneração certa líquida | | | 79 536\$50 | |
| a pagar pela empresa | | <u>26 508\$00</u> | | 79 536\$50 |

Quanto aos socorros prestados, a legislação já citada, concretamente o Decreto nº 360/71, determina que "as entidades patronais ou quem as representa na direcção ou fiscalização do trabalho deverão, logo que tenham conhecimento do acidente, assegurar os imediatos e indispensáveis socorros médicos e farmacêuticos à vítima, bem como o transporte mais adequado para tais e feitos" isto "... independentemente de qualquer apreciação das condições legais da reparação".

b. Os cuidados imediatos nos próprios locais de trabalho, compreendem:

- a parte dos produtos e dos materiais utilizados, não reembolsada ou

não fornecida pela seguradora e que é preciso substituir ;

- o salário da ou das pessoas que asseguram os primeiros socorros e os primeiros cuidados à vítima ;

- todos ou parte dos encargos de transporte e evacuação do acidentado ;

- a manutenção dos produtos para primeiros socorros que, sendo inevitáveis, não estão ligados ao número de acidentados, mas devem entrar nos encargos gerais da empresa ;

- a formação de socorristas , embora esta seja um factor de melhor prevenção.

c. A produtividade perturbada engloba :

- tanto a produção própria do acidentado como a das pessoas que o vão socorrer e, muito frequentemente, outros trabalhadores são também obrigados a parar ou a diminuir, temporáriamente, o seu trabalho ;

- a produção de todo o pessoal em redor do acidentado é perturbada por simpatia, curiosidade e intensificação de prudência. Este efeito, muitas vezes negligenciado, pode ser comparado ao que é produzido sobre uma auto - estrada em consequência de um acidente em que a circulação fica perturbada nos dois sentidos ;

- a substituição do acidentado sendo, muitas vezes, fácil pode impor, em certos casos, uma adaptação progressiva ao novo posto de trabalho e no posto anterior do substituto, o que ocasiona demoras que tratuzidas em custos para a empresa são dispendiosas ;

- ao retomar de funções pelo trabalhador que havia sido vítima de acidente corresponde, muitas vezes, uma diminuição temporária de rendimento ;

- em qualquer circunstância, porém o trabalho tem de ser executado; assim, se o tempo perdido pelo acidentado for pequeno e a sua substituição fácil, a marcha geral do trabalho pode não ter sido visivelmente perturbada mas, em certos casos, há necessidade de horas extraordinárias, de aumentar temporãriamente o número de trabalhadores ou mesmo de penalizações por atraso. De qualquer modo, as horas de trabalho perdido repercutem-se nos encargos gerais da empresa, já que estes existem quer a produção seja maior ou menor, quer haja ou não produção.

d. Embora seja, muitas vezes, pou

co aparente a verdade é que os encargos administrativos também têm o seu custo próprio, dado que :

- havendo sempre necessidade de fazer declarações a esta ou àquela entidade, a começar pela seguradora, essas narrativas exigem tempo e atenção a diversos componentes da empresa;

- chegando mesmo, quando as consequências do acidente são um tanto graves, a exigir inquêritos, deslocações dos responsáveis, informações, etc;

- e, por vezes até, resposta a diversas entidades, como os serviços médico-sociais, inspecção do trabalho, polícia judiciária, tribunais, etc...

e. Embora a frequência dos acidentes com consêquências materiais seja fraca, a verdade é que a amortização, as reparações, a substituição e colocação em estado de funcionamento desse material pode originar despesas importantes que ficam sempre a cargo da empresa; um sô caso pode representar para a empresa em que ele se regista o aumento desproporcionado do custo indirecto do acidente.

Conforme se deduz do exposto, sômente alguns dos factores enunciados estão em evidência na totalidade dos sinistros, diremos mesmo que sô aparecem nos acidentes mais espectaculares em que o seu custo atinge proporções consideráveis.

Assim e tomando por base a sua incidência média, pode estimar-se o custo indirecto do acidente em 3,5 a 4 vezes o custo directo. É, porém, necessãrio sublinhar a extrema variação dos resultados de uma empresa para outra devida à diferença de produção mas, sobre tudo, ligada ao risco que dá origem a que as consequências financeiras possam ser muito diferentes para dois aci

dentes aparentemente análogos.

Estudos realizados no estrangeiro chegaram à conclusão de que o investimento em meios e métodos de prevenção que absorva um décimo dos benefícios, já será rendível para a empresa se conseguir diminuir em 10% a percentagem de acidentes.

6. Custo desconhecido

Pouco ou nada se encontra estudado quanto à incidência das perturbações causadas no clima da empresa, na sua perda de prestígio, nas dificuldades de recrutamento de pessoal, na desconfiança dos clientes e dos organismos de crédito, devidas aos atrasos de produção resultantes do ambiente causado pelo acidente.

Todavia, essas perdas financeiras não devem deixar de ser equacionadas, especialmente quando estão em causa acidentes espectaculares ou demasiado frequentes.

Também, para a grande maioria, se não mesmo para a totalidade dos trabalhadores, causaria espanto saber que o facto de terem "cometido um desliz" usando prematuramente uma ferramenta, interrompido momentaneamente um trabalho, deteriorado um material, tinha sido causa suficiente para diminuir a sua capacidade de trabalho, por mais discreto e pequeno que ele tivesse sido; no entanto, dada a frequência desses casos e, a vida profissional permite-me ser testemunha credenciada os "quase acidentes", não tendo nenhuma consequência apreciável, nem corporal nem material, que provoque perdas financeiras susceptíveis de registo nas contabilidades nem sobre elas se fale, tão normais e ligadas estão ao trabalho diário, contam, no entanto, para o decréscimo significativo do rendimento global da empresa.

7. Conclusão

Parece-me depois de tudo o que foi dito poder tirar-se a ilacção de que não há nada susceptível de onerar mais a mão-de-obra do que os acidentes de trabalho, já que nem eventuais ociosidades, nem boicotes custam tanto à empresa.

No entanto, esta afirmação considera irrefutável pelos especialistas - a aplicação de métodos matemáticos à observação de grande número de dados confirma-a plenamente - tem sido contestada por aquilo a que chamarei "estatística laboral", para quem o velho conceito de Esperança Matemática não traduz o Valor Esperado.

Com efeito, ao ler o Diário da República - sob certos aspectos a mais instrutiva publicação quotidiana - compreende-se a dúvida que assalta os gestores portugueses, por ser difícil de terminar quem mais afecta a produtividade das empresas: se as consequências decorrentes dos acidentes de trabalho se o absentismo prolongado - epidemia que os médicos do Serviço Social não têm sabido debelar ou para o tratamento da qual não foram atempadamente preparados.

Senão, vejamos. A III Série do Diário da República do dia 2 da passada semana trazia a seguinte publicação:

" Explosivos da Trafaria, S.A.R.L."

Exercício de 1981

Motivos da falta de apresentação das contas até 31 de Março de 1982

Apontam-se, basicamente, os seguintes motivos para o atraso de apresentação de contas:

a) Substituição do director fabril, por falecimento do anterior director; a situação implicou vaga do cargo durante 5 meses e um natural período de adaptação do novo director, com as inerentes consequências, não só a nível fabril, como também na parte respeitante à apresentação de elementos relativos a custos.

b) Substituição do técnico de contas em 17 de Setembro de 1981, por pedido de demissão do preexistente; tal facto determinou, ainda aqui, um período de adaptação à especificidade própria da empresa, agravado pela inexistência de transmissão adequada de cargo (saída intempestiva do anterior técnico de contas) e por se verificar, já naquela data, um atraso de 3 meses na actualização do processamento contabilístico.

Sendo o cargo referido determinante no processo de apresentação das contas, entende-se que esta substituição contribuiu, em forte medida, para a falta verificada.

c) Elevada taxa de absentismo do pessoal do serviço de contabilidade, a título de motivos de saúde, obrigando a constantes adaptações de encargos, o que resultou não só atraso para o serviço, como a ocorrência de procedimentos incorrectos, naturalmente conducentes a posteriores e inevitáveis perdas de tempo.

Com efeito, dos 9 funcionários do serviço de contabilidade (excluindo o técnico de contas), para além de outras faltas irrelevantes, verificou-se:

O adjunto do técnico de contas esteve ausente 30 dias;

Um funcionário da secção de processamento de dados esteve ausente 45 dias;

O encarregado da secção de compras/fornecedores faltou durante 240 dias;

Um funcionário da secção de vendas/clientes, por faltas sistemáticas, foi dispensado após o término do prazo de vigência do respectivo contrato de trabalho, sendo posteriormente substituído;

O encarregado da secção de património e estatística faltou durante 60 dias.

Lisboa, 28 de Abril de 1982.

O Conselho de Administração: ..."

Em face destas afirmações creio haver justificação para a dúvida!

Por isso pena é que nem sempre se dê a devida importância ao trabalho que o homem não faz durante o tempo que consagra à sua própria segurança, consciente ou inconscientemente e cuja causa se deve aos defeitos de prevenção geral.

Assim, poderei resumir concluindo que seria do maior interesse efectuar inquéritos aprofundados sobre todos os aspectos, negligenciados ou ignorados, do custo do acidente.

As empresas que aceitassem uma avaliação, mesmo que aproximada, dos diversos postos de trabalho, contribuiriam para um aumento dos créditos consagrados à segurança em toda a profissão e seriam, sem dúvida, as primeiras a beneficiar das verificações efectuadas, pois não podemos, nem devemos esquecer que, hoje em dia, a necessidade de saber e de compreender é mesmo necessidade, que nada tem a ver com a cultura ou com o nível intelectual e cujas raízes são a necessidade mais fundamental e mais universal: a necessidade de segurança - ao mesmo tempo necessidade biológica e aspiração ideal -

(Do "Jornal Técnico de Contas")

UM ASPECTO DAS NOSSAS CONTAS COM O EXTERIOR

1 - INTRODUÇÃO

Muito se fala dos desequilíbrios das nossas contas externas já que tais "deficits" conduzem a endividamentos com o estrangeiro progressivamente crescentes e assumem valores elevadamente perigosos quando comparados com o P.I.B. do País.

Mas um tal problema será uma mera questão de natureza conjuntural ou é, para nosso mal, um grave problema de estrutura?

Vejam os números da nossa Balança de Transacções Correntes nos últimos anos e a sua composição (em milhões de contos) :

A resposta a esta questão poderá ser encontrada, por um lado, através da análise da evolução das principais rubricas das nossas Balanças com o estrangeiro ao longo dos últimos anos e, por outro lado, através da estrutura do nosso comércio externo (importações e exportações de bens e serviços). Vamos neste breve artigo procurar ilustrar de forma quantitativa o grau dos desequilíbrios que as nossas contas com o exterior apresentam.

Martins

(Lic. José Catarino - Prof. do IMPE)

| BALANÇAS \ ANOS | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 |
|---|-------|-------|--------|--------|--------|--------|
| Saldo da Balan ça Comercial: | -66.0 | -97.3 | -105.5 | -129.0 | -210.8 | -315.1 |
| Saldo da Balan ça de Serviços: | - 2.2 | - 3.5 | - 1.9 | 5.3 | - 2.1 | - 27.0 |
| Saldo da Balan ça de Transfe rências Unila terais: | 29.4 | 43.4 | 72.6 | 121.3 | 150.1 | 179.0 |
| Saldo da Balan ça de Transac ções Correntes: | -38.8 | -57.4 | - 34.8 | - 2.4 | - 62.8 | -163.1 |

Constata-se que os nossos "defici
ts" da Balança de Transações Corren
tes situam-se fundamentalmente a nível
da Balança Comercial já que a Balança
de Serviços tem apresentado saldos ne
gativos de relativamente pequeno mon
tante enquanto a Balança de Transferên
cias Unilaterais apresenta saldos posi
tivos como consequência das remessas
crescentes dos emigrantes, que no mes
mo período atingiram (em milhões de
contos):

Q2

| Anos | Remessas de emigrantes |
|------|---------------------------|
| 1976 | 27.6 |
| 1977 | 45.0 |
| 1978 | 74.1 |
| 1979 | 120.2 |
| 1980 | 146.6 |
| 1981 | 175.6 |

Haverá, no entanto, que salienta
que na Balança de Serviços embora os
saldos negativos não sejam de montante
elevado somente a rubrica TURISMO apre
senta saldos positivos o que revela a
debilidade desta nossa balança.

2 - A BALANÇA COMERCIAL

Sendo que, os maiores saldos negati
vos se apresentam a nível da Balança
Comercial interessará analisar, ainda
que sucintamente, a sua estrutura, quer
no que respeita às importações, quer
quanto às exportações.

Tomamos, para o efeito, os anos de
1976 e 1981 para a análise da composi
ção das importações e exportações:

Importações (C.I.F.) por natureza de produtos (em milhões de contos) :

| Rubricas | Anos Itens | 1976 | | 1981 | |
|--|---------------|-------|-------|-------|-------|
| | | Valor | % | Valor | % |
| Combustíveis e Lubrificantes : | | 21.1 | 16.1 | 145.5 | 24.3 |
| Máquinas e Aparelhos: | | 21.9 | 16.7 | 102.5 | 17.1 |
| Produtos Agrícolas e seus Derivados: | | 26.7 | 20.4 | 97.5 | 16.3 |
| Produtos das Indústrias Químicas, Plásticas e Conexas: | | 17.7 | 13.5 | 69.0 | 11.5 |
| Outras rubricas: | | 43.5 | 33.3 | 185.2 | 30.8 |
| | TOTAIS: | 130.9 | 100.0 | 599.7 | 100.0 |

Exportações (F.O.B.) por grupo de produtos (em milhares de contos)

| Rubricas | Anos Itens | 1976 | | 1981 | |
|--|---------------|-------|-------|-------|-------|
| | | Valor | % | Valor | % |
| Produtos Textéis e suas obras; Calçado e acessórios de vestuário e couros. | | 16.1 | 29.2 | 80.3 | 31.3 |
| Produtos de Madeira e cortiça: | | 10.6 | 19.2 | 41.9 | 16.3 |
| Produtos Agrícolas e seus preparados: | | 9.4 | 17.1 | 30.1 | 11.7 |
| Produtos minerais, cerâmicas, vidros, gesso e suas obras: | | 3.3 | 6.0 | 28.8 | 11.2 |
| Máquinas e equipamento de Transporte: | | 7.0 | 12.7 | 32.3 | 12.6 |
| Outros: | | 8.7 | 15.8 | 43.2 | 16.9 |
| | TOTAIS: | 55.1 | 100.0 | 256.6 | 100.0 |

3 - UMA BREVE REFLEXÃO

Começamos este artigo por uma pergunta:

Os desequilíbrios das nossas contas externas são um problema conjuntural ou estrutural?

A resposta encontra-a o leitor nos números que reproduzimos: trata-se claramente dum nítido problema de estrutura.

Basta observar alguns sintomas:

- Os "déficits" são permanentes e infelizmente para os portugueses crescem ano a ano.
- A estrutura das importações e das exportações reflecte a debilidade da nossa economia. É visível, por exemplo, a fragilidade da nossa estrutura pro

ductiva em termos competitivos externos quando notamos que, cerca de dois terços das nossas exportações dizem respeito a produtos tradicionais e de pequeno valor acrescentado - têxteis, calçado, madeiras, cortiça e produtos agrícolas.

- Os saldos negativos crescentes da Balança Comercial têm vindo a ser atenuados somente por duas rubricas:

- Remessas dos Emigrantes
- Receitas do Turismo.

Realce-se, por outro lado, a grande influência que tem nas nossas contas externas o peso das importações de petróleo: 16,1 % do total das importações em 1976 e cerca de um quarto do total das importações em 1981. Por outras palavras, a factura do petróleo representou em 1981, cerca de 57 % das nossas exportações.

(Fonte: Rel. do Banco de Portugal)



AS ORIGENS REMOTAS DA ECONOMIA

PORTUGUESA

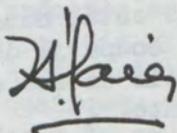
I

O homem, desde tempos imemoriais, com a preocupação de dominar todos os conhecimentos e de resolver os mais complicados problemas que a Natureza lhe põs, frente a frente, acabou por fundar uma ciência que denominou Filosofia. Esta veio a abranger todo o saber humano, unificando-o, e a estudar a realidade como totalidade, sem que nada acabe por escapar à sua profunda meditação. Resultou daí que o seu estudo, além de profundo, é bem universal.

É profundo, porque a Filosofia, expressão integral do saber humano, vai à essência das coisas; é universal, porque abarca todos os sectores do saber numa unidade superior.

A Filosofia, explicando o fundamento substancial, estático e dinâmico, das distintas ciências particulares, dirige-se à procura das verdades supremas, para conseguir, deste modo, explicar todas as outras verdades e, somente assim, desde que o estudo dos conceitos, supremos e fundamentais, foi considerado em todos os âmbitos do saber, seu objectivo principal.

Toda a ciência tem de ser fundamentada e toda a fundamentação envolve problemas existenciais.



(Lic. Helder Gaia - Prof. do IMPE)

Na Filosofia os três problemas fundamentais puseram-se logo no início do pensar filosófico com estas interrogações:

1. Que é o Ser? (problema ontológico);
2. Que é o Conhecimento, sua origem, sua essência, seu alcance? (problema gnoseológico);
3. Qual é o Ideal da conduta humana? (problema axiológico).

A Filosofia tratou de resolver estas três questões, investigando denodadamente a essência do Ser, a essência do Conhecimento e a essência do Ideal.

Foram, contudo, precisas centenas de anos para os filósofos abordarem, com verdade científica, a raiz destas três interrogações. Perante elas, tomaram uma atitude preocupativa que, durante séculos, ultrapassou, mesmo a vida de muitos dos cérebros mais iluminados que floresceram nesses tempos recuados.

Por outro lado, as diversas ciências ocupam-se de determinados sectores do saber. Assim, as Matemáticas são as ciências da quantidade e da extensão; as ciências físicas estudam, de um modo geral, os seres inorgânicos e seus fenómenos, com o intuito propositado de determinar as leis que os regem; as ciências biológicas estudam os seres viventes, etc., etc.

No entanto, a Filosofia é absolutamente uma ciência total e as outras ciências são de tipo parcial, isto é, são estudantes investigadoras de conhecimentos parciais. Mas, estas últimas não deixam de ter o seu fundamento na Filosofia, que as compreende a todas no conjunto, e profundamente. Uma des

sas importantes ciências, que se desprende da Filosofia e sobressai pelo seu enorme valor, é a Sociologia.

A Sociologia, como ciência, apresenta-se como uma parte do conhecimento geral. Ela é a ciência da sociedade e esta é o âmbito onde o homem nasce, se desenvolve, exerce todas as suas mais diversas e complexas actividades e, por fim, morre. A Sociologia ocupa-se da organização da sociedade, da sua evolução, dos fenómenos ou factos importantes que ocorrem no seu seio, do modo do seu funcionamento e das suas leis.

A Sociologia compreende, por sua vez outras ciências como sejam: a Moral, o Direito, as Finanças, a Política, a História, a Economia Política, etc., que também se apresentam como ciências sociais.

Estes tipos de ciências possuem grandes vínculos com a Lógica, visto esta ensinar o caminho para se chegar à verdade, quer seja indutivo ou dedutivo o seu método, quer seja com o fim de descobrir a verdade ignorada ou, ainda, para a demonstrar, explicar e aplicar — quando já conhecida — a um determinado caso.

A Sociologia, como ciência, ocupa-se de uma ordem dada de verdades, interpretando os problemas ou fenómenos sociais e advertindo as leis que os regem.

Talvez cause admiração como é possível desprenderem-se tantas ciências, como sejam a Moral, o Direito, a Economia Política, etc., da Sociologia, tanto mais que esta, como ciência generalizada, se ocupa já da sociedade, dando, até, leis da sua organização e desenvolvimento.

Mas é fácil a explicação: cada uma

delas — as Finanças, a Política, a Economia Política, etc. — dedicou-se de princípio a estudar e a dar regras sistêmicas sobre certos e determinados problemas de carácter social. Consequentemente, originou-se assim o motivo que veio obrigar cada uma destas ciências a constituir-se, posteriormente, em estudo especial.

Para conseguir isso, o Homem pensou em recorrer à abstracção, faculdade mental que permite achar, nos objectos ou nos fenómenos, uma qualidade distinta de todas as demais, isto é, a possibilidade de se separar mentalmente, uma qualidade do próprio objecto que a possui. Exemplificando-se, dizer-se-á que de um bocado de madeira se podem determinar, por abstracção, a sua possível forma, a sua cor, etc.

A abstracção permite fundar cada uma das ciências e, portanto, as respectivas leis. E isto passa-se assim em virtude da própria Natureza se encontrar submetida a leis que o Homem vai estabelecendo ou descobrindo.

A abstracção permite também organizar as ciências, através de um pensamento claro e preciso; resulta daí que as muitas características dos diversos factos surpreendidos, que se conseguem destrinçar, serão organizadas de modo muito simplificado e chegamos, com a utilização desse procedimento, à chamada sistematização metódica ou à temática.

Portanto, a Sociologia desprendida em várias ciências particulares, baseada na abstracção, destrinça as diversas classes de fenómenos ou factos notáveis, reunindo em cada grupo só aqueles que possuem a necessária vinculação, conexão ou quaisquer outras características que façam do seu conjunto um todo harmonioso e verdadeiro.

Desta maneira, cada uma das ciências sociais destrinça-se sem se confundir. No seu conjunto, formam a ciência Sociologia, como ciência superior das mesmas, não obstante encontrar-se no cimo de todas elas a Filosofia.

Também, de um modo geral, na Sociedade, tudo é unidade. O Homem procede por abstracção ao fundar as ciências, mas de novo regressa à unidade pelo mesmo vínculo que todas as ciências sociais possuem entre si. Por vezes, mesmo, um determinado fenómeno é estudado por diversas ciências. Assim, podemos, por exemplo, citar os Descobrimientos, o Cristianismo, a Revolução Francesa, etc., que constituem acontecimentos estudados por várias ciências; mas, cada uma destas acaba por os estudar, sob aquele aspecto que é determinado pela natureza apropriada das mesmas.

A unidade de um acontecimento — assim como as suas causas, os seus efeitos, as suas relações, as suas deduções, etc. — serve a cada ciência, em particular, para atingir os fins dos seus conhecimentos e propósitos. Procede-se à sua repartição por abstracção, somente para, dessa forma, se conseguir a máxima compreensão. Deste modo, é fácil realizar-se a interdependência de qualquer ciência com outras, embora saibamos de antemão que todas estejam encimadas pela Filosofia e que esta se utiliza da Sociologia como ciência intermediária de todas as outras.

É fácil verificar que a organização científica de cada ciência social Direito, Política, Economia, etc. não pode ser absoluta e as suas interdependências devem ser sempre de carácter íntimo, como se emanassem do mesmo grupo social. Elas foram fundamentadas na base da abstracção e emanadas de uma só unidade que é a Comunidade.

II

A Economia Política, como ciência, sob o ponto de vista da sua organização, é muito recente, mas, como estudo de fenómenos, é muitíssimo mais antiga. As suas relações com a Filosofia através da ciência sociológica são muito estreitas, como já dissemos.

No tocante à obtenção dos elementos indispensáveis à manutenção da vida, a Humanidade, desde as origens, vem cumprindo um processo que pode ser dividido, segundo a opinião de alguns autores, em duas grandes "Eras" bem definidas. Uma delas é a "Era da Miséria", a da escassez geral dos meios indispensáveis à subsistência humana, como sejam a alimentação e o vestuário. Essa escassez originou consequências lamentáveis através da história do Homem e de toda a espécie, tanto no corpo como no espírito. Essa "Era" nasceu com o Mundo já conhecido e se foi esfumando no decorrer dos séculos, à medida que a técnica avançou, sob o influxo poderoso de renovadas concepções filosóficas e científicas; morreu na aurora da outra "Era", que começou há 180 anos, quando o grau de preparação técnica deu possibilidades a uma produção suficiente para solver as necessidades prementes do Homem.

Engels, na sua obra "A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", referindo-se à insegurança provinda da cruel luta pela vida nos primitivos tempos da história da Humanidade, diz: "...parece estabelecer-se durante esse estado de coisas o uso da antropofagia, que, desde então, se susteve durante longo tempo".

Depois vencidos os períodos do selvagismo e do barbarismo, do homem caçador e nómada e, já em plena evolução social, surgiram novas misérias a açou-

tar os povos. No Egipto a revolução social, que o minou por volta do ano 2.500 A.C. e só veio a estalar definitivamente 500 anos mais tarde, concretizou-se no assalto dos pobres aos ricos, no roubo de gado aos vizinhos e outros "terres e haveres" de qualquer valor.

Na Grécia, como em Roma antigas, a organização do trabalho agrícola e da produção industrial não resolveu os problemas da indigência, da miséria e das epidemias, quando em épocas de escassez de cereais. O grande problema da antiga Grécia foi a falta de alimentos e, por consequência, apareciam frequentemente os tormentos da fome e da miséria. Os barcos que ancoravam em Atenas chegavam a ter de dividir com a cidade os alimentos que transportavam.

Com o avançar dos anos, cada vez mais a fome preocupou os homens. O século XIII foi excepcional para a Europa nesse campo. Por observações constantes do ambiente, o homem acabou por descobrir a existência desse facto social, — a fome — com características permanentes, mas mitigado somente durante os períodos de abundantes colheitas e cuja existência engendrava no homem um profundo egoísmo pessoal. Este fenómeno chegou a preocupar não só os filósofos como os grandes cientistas da época.

Prentice, na sua obra "A fome na história", referindo-se à morte de mais de um milhão de pessoas em França (1709), afirma: "Parece que os economistas e filósofos franceses — diz o professor Bouthoul — viveram durante o século XVIII sob a permanente recordação das fomes que assolaram o país nos princípios desse século".

Até fins do séc. XVIII, apesar de todos os esforços empregados para fazer

mudar a vida da Humanidade de forma a que ela conseguisse o seu sustento diário, o certo é que nada se conseguiu de seguro. Adoptaram-se novas modalidades de vida, novas estruturas sociais evolucionadas, mas as depressões originadas acabaram por preparar caminho fácil para a vinda de novas calamidades, novas guerras.

Mesmo, assim, a Humanidade perante muito graves problemas, já de ordem nacional, reconheceu, apesar do seu estado obcecado, que, no aspecto económico, a ciência não havia alcançado ainda a concretização em criações capazes de definir uma solução de fundo para se conseguir os bens materiais fundamentais à vida.

Entre a falta de capacidade filosófica e científica dos povos primitivos e o esplendor cultural das civilizações havidas até aos fins do Renascimento, com todos os movimentos religiosos e filosóficos surgidos para tentar acalmar a Humanidade nos seus graves momentos, ocasionados por grandes depressões e incertezas sociais, se realmente, se forjaram fortes correntes espirituais de transcendente projecção a preparar campo para novas orientações do poder público, o que há a admirar como singularidade é que não se tivesse conseguido despertar uma definida ideologia económica e muito menos uma satisfatória técnica de produtividade.

Sabe-se que o aristotelismo e o Cristianismo contribuíram fortemente para a civilização do homem e da sociedade em geral, através dos séculos, fundando escolas e difundindo conhecimentos. Só recentemente, com a aurora luminosa do Tomismo, é que o Dr. Angélico (Santo), numa síntese de admirável envergadura, assentou as verdadeiras bases da ciência económica do futuro, com as

suas teorias sobre as instituições do direito de propriedade, do salário e preços justos e da proibição da agiotagem desmedida. Com essas teorias acabou por impulsionar, com o seu brilhante pensamento, o espírito da empresa para resolver o dramático e conflictuoso problema da manutenção das populações.

No opúsculo "Do Governo dos Príncipes" de S. Tomás de Aquino é que já se mostra a preocupação de fundar cidades e alargar as já existentes, assim como o desejo de conservar-se os seus habitantes com sã alimentação e em habitações salubres. Como primeiras necessidades, se consideraram os bosques, as vinhas, os rios, os pomares, as selvas, os matos e as diversas espécies de animais.

Mas é em "A Política" de Aristóteles que efectivamente se encontra o ponto de partida das interpretações objectivas referentes ao solo, clima, condições históricas, etc., e que foram consideradas e desenvolvidas, de forma notável, por aquele sábio. Quanto ao ponto de partida das interpretações subjectivas -- concepção da natureza humana, conceito de utilidade e imperativo ético, que regem as acções dos seres humanos --, elas nasceram, em contrapartida, como doutrina e teorias orgânicas de aplicação ao económico-social, com o próprio S. Tomás de Aquino.

A "Era da Miséria" com todas as suas desventuras, crueldades, privações, mortandades e epidemias, impressionou os filósofos e, posteriormente, os economistas.

Também, nos centros religiosos, como entre os precursores das correntes filosóficas, reinava fortemente a apatia; só o Tomismo é que conseguiu explicar o autêntico valor do Cristianis-

mo e assentar as bases da Economia e da ciência social do futuro. Mas diversos factos vieram a impor-se posteriormente e o "poder para a acção" de S. Tomás, que outra coisa não era que o exercício da virtude na ordem do Bem Comum, terminou no "produzir por produzir" do hedonismo e da economia matemática.

Mas quatro séculos após o aparecimento do Tomismo, a Humanidade asstiu indiferente ao nascimento de uma poderosa corrente filosófica. Esta foi enfrentar desassombadamente a ciência aristotélica-tomista, que, pela primeira vez, teve de se debater com as conclusões bem vigorosas de outro sistema filosófico-científico.

Aparece, assim, Descartes, que perante o influxo crescente de princípios evolucionários de grande significação e alcance como o da "dúvida metódica", o "cógito ergo sum" (eu penso, logo existo) e "o colocar da essência da alma no pensamento", inicia o desenvolvimento da era moderna, resumindo as diversas inquietações do Renascimento ao afirmar que " o Renascimento está em toda a parte e melhor representa do que na Filosofia" e que " em suma, o Renascimento cria com um novo e reconfortante alento todas as forças da produção humana".

Nasce a ideia da exaltação da personalidade. É cultivada a consciência individual. O "eu" e o método lógico-algebraico-analítico serão bases fundamentais para a ciência do futuro e, em Economia, a génese do hedonismo e da economia matemática dos clássicos.

A nova orientação filosófica, as inquietações sociais, a aspiração de libertação que avassalou a Humanidade e a investigação científica, se traduzem através dos tempos posteriores em fei

tos transcendentais, como a Revolução Francesa, o invento da máquina a vapor, da locomotiva, da charrua. A supressão do feudalismo e da escravatura, a liberdade de comércio e de indústria, as guerras, e a própria economia liberal de A. Smith -- o fundador da Economia Política.

Foi assim que se chegou a "Era da Abundância" como seja a do algodão, do petróleo, da máquina, do ferro fundido e moldado, do barco a vapor, do automóvel, do avião, do submarino, do batiscafo, do radar, dos bióticos, do átomo, etc., etc.

Apareceram indústrias poderosas que originaram imediatamente a produção em série não só de alimentos, como de tecidos. A produção em larga escala de outros utensílios como os frigoríficos, as telefonias, os ferros eléctricos, os aspiradores, os enceradores, as máquinas electrónicas calculadoras, estatísticas e tradutoras, os bisturis eléctricos, a televisão, os robots, etc., etc.; a exploração e produção de azeites e vinhos; o comércio nacional e internacional e este, a ser satisfeito actualmente por velocidades altíssimas que muito desenvolvem não só a circulação como a produção e consumo de bens.

Criaram-se também as exposições industriais e comerciais onde se reflecte o desejo da melhor concepção e utilidade. Iniciou-se a exploração de minas de metais preciosos, os quais, existindo em grande quantidade, acabaram por circular com maior rapidez devido ao facto de as haver incrementado o volume dos negócios.

A fome, a miséria e o estado de necessidade conseguiram aguçar a mente do Homem -- agente (causa e efeito) do magno e delicado problema que ora

estamos recordando. Mas ele acabou por obter uma solução de continuidade! Venceu-as.

A economia clássica nasceu finalmente, ao calor de um angustiado espírito de libertação, desvirtuado logo em parte, mas plenamente justificado no seu nascimento, e assentou suas bases sobre o êxito de um admirável e constante progresso material.

Apesar de tudo, a inteligência do Homem serviu-o a ele próprio. Por sua tenaz curiosidade mais uma ciência fundou e fez frutificar, partindo do "nada" e do seu já secular poder de obser-

vação — qualidade desmedidamente notável que o tem acompanhado como intérprete dramático da história da civilização do Mundo. As "Eras" influenciaram-no e ele continuará a investigar o "nada".

Hoje, estamos já muito avançados na "Era do Átomo" e dentro de duas ou três gerações na "Era das Viajens interplanetárias" ou "Era Sideral". De pois destas que outras "Eras" virão? Qual a sua influência na nossa vida económica? Marcarão novos conceitos, novos métodos, novas leis? Entendemos que sim.

(De "AULA DE COMÉRCIO")



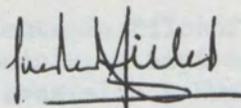
O INTERESSE DO INGLÊS NO CURRÍCULO DO CURSO DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

Ao abordarmos tão aliciante tema, te-
remos de recordar uma insofismã
vel verdade :

Existem em todo o mundo, membros da
Commonwealth, cerca de 45 países, além
de aproximadamente uma vintena de ter-
ritórios dependentes, onde 300 milhões
de pessoas comunicam entre si em lín-
gua inglesa e outros 700 milhões fazem
dela a sua segunda língua, isto sem
contar ainda com um elevado grupo de
nações que a consideram officiosamente
como língua internacional nos seus con-
tactos a todos os níveis.

Se nos debruçarmos sobre a evolu-
ção linguística seguida no mundo desde
a Idade Moderna, veremos que até ao i-
nício do século XX a língua oficialmen-
te mais divulgada nos contactos inter-
nacionais ao nível da política, da cul-
tura e da economia foi o francês. O pró-
prio escudo real inglês ostenta a divi-
sa "Dieu et Mon Droit".

O grande marco que delimita a tran-
sição para o inglês surge com a guerra



(Lic. Ivone Zilhão Prof. do IMPE)

de 1914/18 onde o emprego do corpo expedicionário britânico, em solo francês, e a chegada à Europa de cerca dum milhão de americanos obrigam o velho continente a não ignorar a realidade da a prendizagem do inglês.

O após-guerra vem encontrar uma Europa destruída onde, às cicatrizes do apocalíptico conflito que custou mais de 10 milhões de mortos e de vinte milhões de feridos, se junta uma economia destruída e descompensada pelo esforço de guerra.

No entanto é ainda a Inglaterra que, pela sua insularidade, foi dos aliados europeus o menos atingido, aquele que está em melhores condições de iniciar a recuperação.

Contudo, os grandes vencedores são os E.U.A. que, empurrados para a guerra que não desejavam, pretendem agora tirar os dividendos da sua cruenta participação.

Detentores de tecnologia e de matérias primas em território próprio ou no das suas vastas colónias, os anglo-americanos vão criar um clima propício à sua recuperação económica.

É o período dos largos investimentos. Início da sociedade de consumo, dos loucos "anos vinte" que apenas se rã travado pela grande depressão da economia americana, cujos reflexos se farão sentir igualmente, embora mais atenuados, na Europa.

No entanto este foi, sem dúvida, o início da necessidade da revisão do conceito da língua internacional. A própria criação da Sociedade das Nações e do Tribunal Internacional são, no processo, factores decisivos.

O francês perdia assim a sua hege

monia incontestada como veículo de expressão política, cultural e económica.

Mas esta fôra apenas a primeira e tapa dum percurso que iria ter a sua continuidade através de outro conflito mundial. A segunda Grande Guerra ! .

Entre 1939/45 abateu-se sobre o mundo outro conflito, desta vez generalizado a quatro dos seus cinco continentes.

Foi a guerra total que envolveu não só as forças das nações beligerantes, como também as suas populações.

Da Ásia à Oceania e da África a toda a Europa, nada foi poupado, com excepção do continente americano e dos raros países que pela sua situação estratégica mereceram a necessidade do estatuto da neutralidade.

Mais uma vez os E.U.A. e parte das Ilhas Britânicas estiveram na situação de não serem grandemente atingidos, ou serem, pelo menos, os mais preservados.

Toda a Europa central e oriental, Norte de África, a faixa Sul e oriental asiática e o vasto complexo insular do Pacífico sofreram um impacto terrível.

Mas a lição de 1914/18 fora aprendida ! .

A economia americana não se deixou arrastar no descabelamento e irreflexão dos anos vinte e desta vez apostou forte no investimento europeu e na sua recuperação, através do recurso ao Plano Marshall.

A contrapartida, contudo, foi francamente compensadora.

O dólar passou a ser a única moeda

forte em paridade com o ouro, o meio usado para uma colonização econômica, a vida na procura e obtenção dos serviços de todos os intelectuais de reconhecido merecimento que pudessem formular novas e cada vez mais avançadas teorias, que levassem à produção de melhor tecnologia, concretizando-a em infindáveis linhas de montagem, onde os baixos custos permitiriam a conquista e a conservação dos mercados internos e externos.

Foi também o tempo da corrida às fontes de matérias primas espalhadas pelo mundo e - mesmo no seu próprio continente - onde o capital americano deveria ser sempre maioritário.

A Inglaterra e a França despojam - se das suas vastas colônias sem que, no entanto, vejam quebrados os laços econômicos e até linguísticos, factores que lhes permitem manter uma posição preponderante na procura de mercados de materiais críticos ou do produto acabado.

Não queremos expressar qualquer conceito político, pois isso seria descabido neste despretençioso ensaio, o conceito estratégico da divisão do mundo em blocos e suas zonas de influência foi, sem dúvida, uma forte motivação para esta corrida.

É pois neste quadro propositadamente simplificado, que se insere o segundo e definitivo avanço da língua inglesa no seu predomínio como idioma internacional, desta vez aceite em todos os campos da actividade humana, desde o político, ao económico, ao cultural e até mesmo ao militar.

Não é concebível que o homem de hoje, principalmente aquele a quem compete analisar e avaliar as condições de productividade e rentabilidade, aquele

que administra ou pelo menos colabora na sua efectivação, desconheça a língua que internacionalmente está ligada aos maiores consórcios de produção da riqueza. E, quer se queira quer não, todos eles passam ou pelo menos têm alguma ligação a Londres ou a Washington.

Há que preparar atempadamente a nossa juventude para a realidade que vivemos e, neste caso, as realidades linguísticas equacionadas no quadro da escolaridade.

Julgamos pois que aos jovens deve ser dada a opção de uma língua estrangeira, sem que essa opção possa excluir, à partida, o inglês.

Sem desconhecer que o português constitui hoje um dos grupos linguísticos que, com o espanhol, abrangem vastas etnias e largos milhões de pessoas não se pode ter a veleidade de procurar uma equiparação quantitativa a nível mundial.

O próprio Japão, com todo o seu tradicionalismo, é hoje um país bilingue onde o inglês é fundamental para a difusão e colocação da sua tecnologia.

Uma sólida preparação de base que habilite o estudante ao conhecimento regular da nova língua, dando-lhe o à vontade necessário para a "conversação de ocasião" e lhe permita o acesso ao livro estrangeiro, transmissor das novas técnicas e orientações, considera-se fundamental.

O percurso para a obtenção dos fins enunciados não cabe no âmbito deste trabalho, mas também não passa pelos métodos actualmente existentes.

Assim e especificamente no caso do aluno do I.M.P.E. que frequente o curso de Contabilidade e Administração,

não se pode esquecer que o gestor já não é sinónimo de gerente ; passou sim a significar o " manager " .

A palavra foi, de certo modo, promovida! . E será curioso, até, referir que o nosso povo há muito chamava " ma nageiro " ao homem que, sobretudo no A lentejo, era capataz nas ceifas.

Esta analogia serve bem para evidenciar quanto se andou. Se o velho gerente podia ser um " grande capataz " o actual gestor não poderá mais sê-lo.

A palavra passou a ter implícita uma verdadeira ciência, e suas respectivas técnicas ao adquirir esse novo significado.

Mas uma ciência não deve ser aceita ou estudada passivamente ! .

É necessário pesquisar através de bibliografias predominantemente estrangeiras (maioritariamente em língua inglesa) ou através dos contactos extra-fronteiras, concretizado por estágios e cursos de actualização necessariamente rápidos.

Um elemento formado em contabilidade e administração forçosamente será um quadro directivo no âmbito empresarial ou, pelo menos um elemento intermédio entre a direcção e o sector executivo.

Deve pois dispor da bagagem intelectual e técnicas de gestão que o habilitem a reagir capazmente ou a aconselhar, como membro de um " STAFF " , o sector directivo que apoia.

Não será pois de admirar que, dada a integração procurada por Portugal na CEE, alguns desses elementos venham a ter de comportar-se tecnicamente com processos novos que apenas o contacto

directo e pessoal pode facilitar .

Grande número de estágios e cursos que as empresas (não necessariamente multi - nacionais) dos sectores privados ou estatais proporcionam ao seu pessoal é muito considerável e aí a constante mantem-se : ou é utilizada a língua de origem do país anfitrião ou certamente teremos o inglês e, com algum grau de probabilidade, o francês.

No entanto e com certeza, os contactos pessoais serão constantes e intensivos - " Time is Money " -, sem tempos mortos, sempre acompanhados de documentação explicativa para consulta posterior.

As dificuldades avolumar-se-ão com o emprego de terminologia técnica quase sempre fora da área dos conhecimentos escolarmente adquiridos.

Torna-se pois forçosa a aprendizagem específica do ramo profissional.

Há que incluir na programação dos cursos esse aspecto diversificado que não se compadece com a normalização actual dos currículos.

É sobre este ponto que desejava deixar a última prevenção contra essa situação em que encontramos algumas carencias.

A estrutura da preparação da língua inglesa como elemento fundamental da comunicação profissional deve passar por dois níveis :

- O nível geral básico que assegura o entendimento e a comunicação estrutural nesta língua.

- O nível técnico / profissional a ministrar durante os anos do curso superior e a definir no campo da inter

disciplinaridade, que propicie um mínimo de conhecimentos no campo do técnico.

Finalmente, e como preparadores de uma juventude que dentro em breve terá um papel activo na integração europeia do nosso País e que representará um largo e responsável sector no âmbito das empresas onde assegurarão a sua colocação, lembramos que em termos de "Relações Públicas", quando os americanos dizem "você é a empresa", isto significa que a maneira de ser, de contactar, de sentir, de reagir e até de se comportar, exercerá uma influência determinativa sobre a "imagem" da empresa representada.

presa representada.

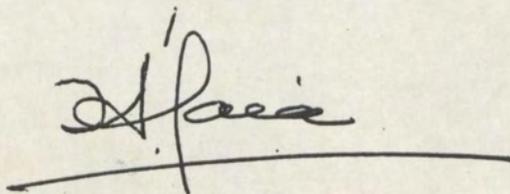
Nela levarão um pouco de si próprios e até deste país.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- "The changing Commonwealth"-Wilson Des
- A 1ª Guerra mundial /Edições Marabout
- A 2ª Guerra mundial
- Relações Públicas-UR Whitaker Pentead



A XVII EXPOSIÇÃO EUROPEIA DE ARTE, CIÊNCIA E CULTURA, VERDADEIRA JANELA ABERTA SOBRE O MAR, VEIO PROPORCIONAR A TODOS OS PORTUGUESES O RE-ENCONTRO COM A HISTÓRIA. TUDO ISTO, COM MIRA NA EXALTAÇÃO DA EXTRAORDINÁRIA AVENTURA DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. ESTA EXPOSIÇÃO DÁ TAMBÉM AO MUNDO A EXPRESSÃO AUTÊNTICA DA IMPORTÂNCIA DO PAPEL QUE O HOMEM DESEMPENHOU, DURANTE OS SÉCULOS XV E XVI.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Alfaria', is written above a long horizontal line that extends across the width of the signature.



"QUERER É PODER"